

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

BRUNA RAFAELA NASCIMENTO DOS REIS

**A RELAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL COM O
FEMINISMO NO BRASIL**

São Borja

2021

BRUNA RAFAELA NASCIMENTO DOS REIS

**A RELAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL COM O
FEMINISMO NO BRASIL**

Monografia apresentada no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Monique Bronzoni Damascena

São Borja

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

N378r NASCIMENTO DOS REIS, BRUNA RAFAELA

A relação do pensamento crítico do Serviço Social com o
feminismo no Brasil / BRUNA RAFAELA NASCIMENTO DOS REIS.

65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, SERVIÇO SOCIAL, 2021.

"Orientação: Monique Damascena".

1. feminismo. 2. Serviço Social. 3. Conhecimento crítico.
4. Agir profissional. 5. Gênero. I. Título.

BRUNA RAFAELA NASCIMENTO DOS REIS

**SERVIÇO SOCIAL E A RENOVAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO: POR
DENTRO DA HISTÓRIA FEMINISTA.**

Monografia apresentada no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Monique Bronzoni Damascena

Monografia defendida e aprovada em:

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Monique Bronzoni Damascena
(UNIPAMPA)

Prof. Dr^ª. Monique Soares Vieira
(UNIPAMPA)

Prof. Dr^ª. Solange Emilene Berwig
(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/06/2021, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MONIQUE SOARES VIEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/06/2021, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MONIQUE BRONZONI DAMASCENA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/06/2021, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0553971** e o código CRC **5B4A2DF5**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por tudo todo apoio, carinho e amor, sem vocês não conseguiria.

Agradeço a Elsa Nascimento e Rodrigo Schifino por me incentivarem e propiciarem essa oportunidade.

Agradeço a minha orientadora Monique Bronzoni Damascena pelo o incentivo, por me escutar e incentivar.

Agradeço em especial a minha namorada Renata Teixeira, por ser a pessoa que mais me incentivou durante esse processo, obrigada por me ouvir e me ajudar, sem o teu carinho e amizade eu não conseguiria.

Agradeço e dedico aos meus pais esse trabalho, sei o quanto isso é importante para nossa família.

“Eu quero que toda menina
saiba que suas vozes podem mudar o mundo”.

Malala Fund.

RESUMO

Este trabalho tem como tema Serviço Social e Movimento feminista, e os problemas que englobam gênero e as violências praticadas pela sociedade às mulheres. Este estudo tem como objetivo: Analisar a influência do movimento feminista brasileiro, a partir da Reconceituação do Serviço Social, para a construção do conhecimento crítico no Serviço Social; a fim de apreender o debate e as estratégias desse movimento social e político na profissão. Para dar conta dessa temática foi proposto o seguinte problema de pesquisa: De que maneira, o Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação, articulou o seu conhecimento crítico as possíveis influências do movimento feminista no Brasil? Esta utiliza-se dos seguintes procedimentos metodológicos; método dialético crítico e pesquisa bibliográfica com teor qualitativo e exploratórias. Para a realização do levantamento das amostras, utilizou-se a Plataforma Scielo, essas amostras correspondiam aos temas de Serviço Social, gênero e feminismo. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a ficha de documentação e apontamento, que tem como finalidade organizar os dados bibliográficos coletados durante a análise. Diante disso, constatou-se que, a vinculação do Serviço Social com o feminismo se deu a partir do movimento de reconceituação no qual a profissão aderiu a um pensamento crítico por meio da apreensão da teoria marxiana, esse amadurecimento auxiliou nas primeiras aproximações da profissão com os movimentos sociais e com a classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Serviço Social; Feminismo; Gênero; Reconceituação.

ABSTRACT

This work is about Social Service, Women's Rights Movement and the issues involving gender and violence against women from the society. This study has the following goal: analyze the influence of Brazilian Women's Rights Movement, beginning at the Reconceptualization of Social Service, in order to build critical knowledge for the Social Service so as to understand the debate and strategies of this social and political movement for the Social Worker's job. To deal with this theme the following research problem was proposed: in which way has Social Service, from the Reconceptualization movement, articulated the critical knowledge of possible influences of the Women's Rights Movement in Brazil. This work uses the following methodological procedures: critical dialectical method and bibliographic research both qualitative and exploratory. To obtain the samples for the subjects of Social Work, gender and feminism, the Scielo Platform was used. To organize bibliographic data collected during the analysis, records were used for notes and documentation. That said, it was found that the bond between Social Work and the Women's Rights movement started with the Reconceptualization movement where the Social Worker profession adopted a critical thinking based on the Marxian theory. This evolution aided the first contacts of the Social Worker profession with the social movements and the working class.

Keywords: Social Service; Women's Rights movement; Gender; Reconceptualization.

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 - Universo e amostra da pesquisa	37
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 Movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro.....	11
2.2 Serviço Social e renovação do conhecimento crítico: aproximações com o movimento feminista.....	14
2.3 Movimento Feminista e suas primeiras manifestações na Europa do Século XIX..	17
2.4 Manifestações Feministas no Brasil.....	19
2.4.1 Primeiro momento: <i>As Letras Iniciais</i>	22
2.4.2 O segundo momento: <i>Ampliação a Educação e Sonhando com o Voto</i>	24
2.4.3 O Terceiro momento: <i>Rumo à cidadania</i>	26
2.4.4 Quarto momento: <i>Revolução Sexual e Literatura.</i>	27
3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	30
3.1 Tipo de Pesquisa.....	30
3.2 Método de Análise da Realidade.....	32
3.3 Técnicas e Instrumentos.....	35
3.4 Universo e Amostragem.....	36
3.5 Análise dos Dados.....	38
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	40
4.1 História do Serviço Social com o Movimento de Feminista.....	40
4.2 Reinvidicações do Movimento Feminista em suas “ondas”.....	42
4.3 Vinculação do movimento feminista e com a categoria profissional.....	43
4.4 Movimento Feminista e sua influência na produção do conhecimento na área do Serviço Social.....	46
4.5 Movimento Feminista e sua influência no agir profissional.....	48
4.6 O debate sobre gênero no âmbito do Serviço Social.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE A.....	61

1. INTRODUÇÃO

O período em que ocorreu o movimento de reconceituação do Serviço Social foi crucial e é identificado como um período de grande questionamento da profissão, diante da sua finalidade e seu compromisso ético-político. Esse processo sucedeu em meio à ditadura militar, o que influenciou diretamente o norte do movimento de reconceituação da profissão no Brasil. A ditadura militar foi marcada por duas fases de governança, uma ideológica e a outra repressiva, as duas fases foram o ponto chave para despertar o rompimento com o conservadorismo e suas práticas.

A ditadura militar pode ser considerada como um fator importante para a relação entre o Serviço Social e o movimento feminista. Neste período, a profissão buscava desvincular o pensamento conservador ao qual estava ligado, enquanto o movimento feminista buscava o direito ao voto, à educação e a ampliação no campo do trabalho.

Após a virada teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro na década de 1970, as produções bibliográficas evidenciaram a relação com o pensamento crítico, principalmente com o pensamento de Marx e a tradição marxista. A partir disso, o Serviço Social buscou aproximar-se dos movimentos sociais e das lutas de classe. Nesse momento, surgem as primeiras aproximações com o movimento feminista e as questões relacionadas ao gênero.

Porém, somente na década de 1990 que ocorreram abertamente as primeiras discussões sobre gênero no Brasil. Essas discussões se intensificaram com a tradução do texto de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, pois o texto se tornou um marco para a produção e atuação feminista no país, (CISNE, 2013).

Aprender sobre o desdobramento do movimento feminista e da utilização da categoria gênero é de extrema importância para o debate no Serviço Social, justamente pela característica interventiva das/os profissionais e pelo fato da profissão ser majoritariamente feminina - por conta da ótica do cuidado, que historicamente foi relacionada com a profissão.

Diante desse contexto, apresenta-se como tema deste trabalho o *Serviço social e Movimento Feminista*. Para aprofundar este estudo, tem-se como delimitação do tema: *A possível influência do movimento feminista no Brasil no Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação*.

Sendo assim, o problema de pesquisa que norteia este projeto, define-se como: *De que maneira o Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação, articulou o seu*

conhecimento crítico as possíveis influências do movimento feminista no Brasil? O objetivo geral deste estudo busca: *Analisar a influência do movimento feminista brasileiro, a partir da Reconceituação do Serviço Social, para a construção do conhecimento crítico no Serviço Social; a fim de apreender o debate e as estratégias desse movimento social e político na profissão.* Partindo desse pressuposto, os objetivos específicos são: a) levantar as produções bibliográficas - artigos científicos - na área do Serviço Social que vinculem a discussão sobre o movimento feminista e o Serviço Social, a partir da Reconceituação do Serviço Social; b) identificar a influência do movimento feminista brasileiro no Serviço Social, a partir do movimento de reconceituação, por meio da produção bibliográfica - artigos científicos; e, c) apreender como as estratégias do movimento feminista brasileiro foram incorporadas pelo Serviço Social.

Conforme Santaella (2010, p. 110), a justificativa de um projeto de pesquisa tem como objetivo ressaltar a importância do trabalho que está sendo realizado, sendo ela do campo teórico ou prático para a área de conhecimento em que se desenvolve. Dessa forma, a construção da justificativa pode ser realizada através de três campos: campo científico-teórico; científico-prático e social.

A justificativa no campo científico-teórico se dá quando a pesquisa a ser realizada contribui para uma nova construção teórica ou ainda para auxiliar na ampliação de um determinado conhecimento. Dentro dessa perspectiva, essa pesquisa visa auxiliar nos estudos futuros que envolvem a temática *Serviço social e Movimento Feminista*. Visto que, ao realizar o estado da arte do tema o resultado foi de 32 artigos científicos na área do Serviço Social que envolvem o tema de Serviço Social e feminismo. Este, é um dado importante não só para este estudo, mas para incentivar, cada vez mais, os novos pesquisadores a estudarem e explorarem a temática em questão.

Desta forma, no campo científico-prático, este trabalho justifica-se por desvelar a possível a discussão do movimento feminista na profissão. Ao analisar e apreender nos artigos científicos da área as múltiplas determinações das desigualdades que envolvem a temática, assim como dos processos de resistência encontrados pelo Serviço Social.

A justificativa no âmbito social, busca-se a apreensão sobre o movimento feminista e a categoria gênero. Trata-se de uma temática relativamente nova no campo profissional e como poucas produções. Portanto, se faz necessário as aproximações com o tema para posterior apreensão de suas determinações conceituais. É importante levar em consideração e apresentar aqui o projeto ético-político da profissão que diz: “exercício do Serviço Social sem ser

discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2018, s/p.).

Por fim, este trabalho tem como justificativa pessoal a aproximação com a temática, a partir da participação em eventos e da elaboração de trabalhos e, também, por ter cursado o componente curricular Relações de Gênero, ofertado pelo curso de Serviço Social que abordava a temática gênero. Nessa trajetória acadêmica o interesse aumentou sobre a temática gênero. Ao ser mulher, lésbica e futura assistente social percebo que é de extrema importância a pesquisa dessa temática, visto que este é um tema crescente na sociedade e na formação profissional.

Para a elaboração desta pesquisa, se faz fundamental procedimentos metodológicos que englobam os elementos necessários para a sua realização. Dessa maneira, esse estudo será guiado pelo método dialético-crítico e de suas categorias para a apreensão da realidade. Além disso, aponta-se o tipo de pesquisa, as técnicas e instrumentos utilizados para a coleta de dados, o universo e a amostragem, e ainda como foi elaborada a análise destes dados. Com intenção de melhor apreensão deste trabalho, foi estruturado em seis partes compostas pelos seguintes títulos: introdução, desenvolvimento da pesquisa, referencial teórico e roteiro de análise, seguidos das considerações finais, referências, apêndices e anexos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão abordados os temas que envolvem a construção desse projeto de pesquisa, como: movimento de reconceituação do Serviço Social; Serviço Social e renovação do conhecimento crítico; movimento feminista e suas primeiras manifestações na Europa e manifestações feministas no Brasil. Essas abordagens visam realizar um resgate histórico para que posteriormente seja possível a análise dos mesmos, além de introduzir o leitor aos assuntos que permeiam esta pesquisa.

2.1 Movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro

O movimento de reconceituação representa um marco importante da profissão, do qual teve como intenção romper com as práticas tradicionais que foram atribuídas ao Serviço Social em sua gênese. Para que dessa maneira, fosse incorporado ao trabalho profissional um referencial teórico crítico e, assim, fosse capaz de atuar nos desafios da profissão.

O movimento de reconceituação do Serviço Social que ocorreu no Brasil e na América Latina, consiste em um símbolo na história da profissão, pois propôs a ruptura com as práticas tradicionais. Essa ruptura buscou uma outra visão acerca da prática profissional, sendo essa voltada para uma análise crítica da realidade. A intenção posta era formar um profissional com um referencial teórico crítico, capaz de atuar nos desafios da profissão, a fim de atender as demandas da questão social, pautando-se em bases teórico-metodológicas que buscassem superar as práticas tradicionais do Serviço Social (VIANA; CARVALHO; FONSECA, 2015).

Esse movimento histórico da profissão, o período de reconceituação, emergiu no contexto da ditadura militar que ocorreu no Brasil nos anos de 1964 a 1985. Segundo Netto (2005), a ditadura militar foi suscitada por interesses imperialistas, que buscavam a disseminação do modelo econômico capitalista, tendo como sua intenção também reter a expansão do comunismo na América Latina.

Durante o período de tomada do governo pelos militares, houve duas fases de governança, uma ideológica e a outra repressiva. A fase ideológica trouxe a ideia de que tudo que o governo fazia era para o bem da população e para o desenvolvimento do país. Já a repressiva era imposta àqueles que fossem contra o ideal burguês, estes sofriam com repressões e violências, sendo estas tanto físicas ou morais, sendo este período marcado por mortes e exílios (NETTO, 2005).

Nesse período o Serviço Social era um reproduzidor das formas tradicionais. Segundo Netto (2005) os traços tradicionais eram: prática paliativa, caritativa, assistencialista, logo uma prática reforçada e esperada pela autocracia burguesa. O momento exigia que o Serviço Social fosse um componente que atendesse às exigências da autocracia burguesa.

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme extrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados as estruturas organizacional - institucionais em que se inseriram tradicionalmente os assistentes sociais (NETTO, 2005, p. 118).

O Serviço Social tinha o seu agir profissional ligado à autocracia burguesa por meio da sua subalternidade a classe hegemônica. Ou seja, deveria responder à autocracia burguesa e aos meios ao qual estavam inseridos na perspectiva de se manterem como executores dóceis de políticas sociais, sem ir contra as instituições a que estavam inseridos.

Dessa maneira a prática profissional dos assistentes sociais assumia um caráter de submissão, executores de políticas sociais, estabelecadores da ordem, do controle da sociedade a favor da autocracia burguesa e do Estado. Visto que, naquele período, o Estado brasileiro passava por uma reorganização. Essas reorganizações refletiram em alterações no cenário de atuação do Serviço Social em dois campos: da prática e da formação profissional (VIANA; CARVALHO; FONSECA, 2015).

No que se refere ao campo da prática profissional, há uma expansão do mercado de trabalho do assistente social, com novas demandas. Era exigido um profissional com novas características. Essas características deveriam ser mais modernas, mas que ainda atendesse ao Estado e a autocracia burguesa. Essa nova característica dos profissionais, traz a expansão do capitalismo, as cidades sofrem perante a modernização por parte do Estado, crescimento da indústria e da reprodução do capital. Com a expansão do capitalismo, expansão das cidades, e do êxodo rural, resultando inchaço populacional, e no aumento da miséria e da violência.

Diante a esse contexto havia, a necessidade de um profissional que tivesse uma postura moderna, que atendesse a essas novas demandas em meio a modernização conservadora “no sentido de compatibilidade do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades diamantes daquela racionalidade” (NETTO, 2005. p. 123). O que significava que a autocracia burguesa exigia com uma nova postura, que se atende aos mandos daquele período, em razão disso o assistente social busca a modificação de seu agir profissional.

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais” (NETTO, 2005, p. 123).

Perante as modificações da prática profissional, tinha-se um profissional moderno, que buscava dar conta das novas demandas daquele período, demandas essas devido ao inchaço populacional. De forma que esse assumiu-se um perfil racionalista para atender aos interesses da autocracia burguesa, seus traços tradicionais foram deslocados e substituídos por procedimentos racionais (VIANA; CARVALHO; FONSECA, 2015).

Nesse período de mudanças na prática profissional e de formação, possibilitou com que Serviço Social se inserisse em meio às universidades. A mudança na formação gerou novas relações com as disciplinas das ciências sociais, como psicologia, antropologia e sociologia. Entretanto, mantendo as disciplinas exigidas na ditadura militar (NETTO, 2005). Nesse contexto de inserção do Serviço Social nas universidades, segundo Netto (2005), notou-se o processo de renovação da profissão. Renovação que trouxe uma nova aparência para o agir profissional, que buscava uma postura crítica para seus fundamentos (NETTO, 2005).

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das condições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições [...] procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2005, p. 131).

Diante disso, a renovação do Serviço Social, buscou articular e reorganizar sua formação, dotando-se de práticas legitimadas, por meio de respostas a demandas sociais e valorização teórica. O Movimento de Reconceituação, como explica Iamamoto (2010, p. 205): “[...] é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*.”. Esse foi um processo que buscava dar ao Serviço Social uma prática mais eficaz, no sentido de direcionar o seu caminho a busca de novos fundamentos teórico-metodológicos (VIANA, CARVALHO; FONSECA, 2015).

Portanto, o processo de conceituação do Serviço Social que ocorreu no Brasil e na América Latina, consiste em um símbolo na história da profissão, pois propôs a ruptura com as práticas tradicionais. Essa ruptura buscou uma outra visão acerca da prática profissional, sendo essa voltada para uma análise crítica da realidade. Esse movimento emergiu no contexto da

ditadura militar que ocorreu no Brasil nos anos de 1964 a 1985. Nesse período o Serviço Social tinha o seu agir profissional ligado à autocracia burguesa por meio da sua subalternidade a classe hegemônica. O resultava em uma prática profissional dos assistentes sociais que assumia um caráter de submissão, executores de políticas sociais, estabelecadores da ordem, do controle da sociedade a favor da autocracia burguesa e do Estado.

No que se refere ao campo da prática profissional, há uma expansão do mercado de trabalho do assistente social, com novas demandas. Era exigido um profissional com novas características. Essas características deveriam ser mais modernas, mas que ainda atendessem ao Estado e a autocracia burguesa. Esse profissional tinha que ter um perfil racionalista para atender aos interesses da autocracia burguesa, seus traços tradicionais foram deslocados e substituídos por procedimentos racionais. O movimento de reconceitualização tornou-se um marco para a renovação do conhecimento para o Serviço Social, visto que, identifica-se com movimento de aproximação com o pensamento crítico, essa mudança na formação gerou novas relações com as disciplinas das ciências sociais, como psicologia, antropologia e sociologia. A inserção do Serviço Social nas universidades trouxe uma nova aparência para o agir profissional, trazendo uma prática mais eficaz, no sentido de direcionar o seu caminho profissional direcionado a novos fundamentos teórico-metodológicos.

2.2 Serviço Social e renovação do conhecimento crítico: aproximações com o movimento feminista

A renovação teórico-metodológica do Serviço Social na década de 70, faz com que a profissão busque incorporar um pensamento crítico. Essa incorporação é notada a partir de suas bibliografias e em seu agir profissional. Já na década de 1980, nota-se a consolidação do pensamento crítico em estudos e pesquisas que passam a abordar diferentes temas, que ultrapassam a formação e o exercício profissional.

Porém segundo Netto (2011) esse processo não se demonstrou harmônico no interior da categoria profissional. Havia um grupo de profissionais que intentaram uma visão técnica da profissão, sendo essas dentro dos marcos da ditadura militar. O outro que era mais conservador, sendo este vinculado a Igreja Católica, e não desejavam alterar as bases e práticas profissionais. Porém havia outro grupo que visava romper com o conservadorismo. Este último foi o que mais influenciou o Serviço Social atual e suas entidades representativas.

O grupo que tentava romper com as práticas conservadoras, passou a examinar as bases teóricas da profissão por meio da leitura de autores(as) que esclarecem por meio de uma visão

anticapitalista, as razões da pobreza e o descaso dos governantes com as/os pobres, além de abordar a existência das instituições burguesas e outras matérias. Em razão disso, esses grupos aproximam-se da teoria marxista, entretanto ainda de forma indireta e variada (PANEGHINI, 2018).

Adiante esses profissionais procuram apreender as obras marxistas como, e os(as) autores(as) marxistas, sobretudo Antonio Gramsci, Agner Heller e Gyorg Lukács, entre outros(as). Essa aproximação ajudou a contribuir para o desenvolvimento teórico e metodológico, para a compreensão de como ética, conceitos de liberdade, justiça social e democracia entre outros.

Esse desenvolvimento foi percebido no âmbito acadêmico e profissional, também se notou esses avanços em suas entidades representativas, sobretudo nas Instituições do Serviço Social. No entanto, não foi apenas devido a aproximação com o marxismo acadêmico que o Serviço Social passou a ter uma visão crítica da sociedade e de sua profissão, de maneira dialética. Essa aproximação se dá através da relação como a população usuária e os movimentos sociais, podendo ser esses os que procuravam a democratização da sociedade com os movimentos contra a ditadura militar ou pela anistia, ou, seja aqueles relacionados às lutas contra as opressões vivenciadas por grupos específicos como movimento das mulheres, movimentos dos trabalhadores (Paneghini, 2018).

Para Paneghini (2016) é por meio das demandas das mulheres trabalhadoras que as assistentes sociais, se aproximam das demandas do feminismo. Essas trabalhadoras reivindicavam por melhores condições de vida em seus bairros, sindicatos, universidades e empregos. Sendo assim, o Serviço Social aproxima-se da luta feminista, por meio, sobretudo, dos enfrentamentos das mulheres trabalhadoras contra a carestia de vida e por melhorias em sua comunidade, nos Clubes de Mães, através dos movimentos por creche, habitação entre outros.

A apreensão marxista do anteriormente resultou no Conselho Federal de Assistência Social, que foi substituído pelo atual Conselho Federal de Serviço Social. Que o Serviço Social, pode repensar o projeto-ético-político da profissão e dessa forma dar vida aos códigos de Códigos de Ética Profissional de 1986 e de 1993, esses códigos reconhecem a necessidade da construção de uma ordem societária justa e igualitária, a qual não poderá realizar-se nos marcos do capitalismo (Paneghini, 2018),

Para Paneghini (2018) o Código atual, Resolução CFESS n. 273/93, foi elaborado como forma preencher lacunas que ficaram presentes no Código de 1986. Nele há declarado o

“reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes — autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993).

O Código de Ética tem como objetivo guiar as/os assistentes sociais e seu agir profissional, “devendo esse pautar-se na atuação e no reconhecimento da liberdade dos sujeitos atendidos, impulsionando ou ao menos não restringindo a sua autodeterminação, enquanto sujeitos ético-políticos.” (PANEHINI, 2018, p. 256-257). Ter a liberdade como princípio fundamental imprescindível para a regulamentação ética da profissão e para a construção do projeto ético e político. Já que este tenciona o direcionamento da atuação profissional.

Logo, a renovação teórico-metodológica do Serviço Social na década de 70, faz com que a profissão busque incorporar um pensamento crítico ao seu agir. Na década de 1980, nota-se a consolidação do pensamento crítico em estudos e pesquisas que passam a abordar diferentes temas, que ultrapassam a formação e o exercício profissional. Porém esse processo não se demonstrou harmônico no interior da categoria profissional, havia um grupo de profissionais que intentaram uma visão técnica da profissão, e outros que não buscavam esse rompimento. O grupo que intetava romper com o conservadorismo passou a examinar as bases teóricas da profissão, por meio da leitura de autores(as) que esclarecem por meio de uma visão anticapitalista. Esse grupo se aproximou da teoria marxista, mesmo que ainda de forma indireta. De modo que, essa aproximação passou a contribuir para o desenvolvimento teórico e metodológico e para a compreensão de como ética, conceitos de liberdade, justiça social e democracia entre outros, esse desenvolvimento foi percebido no âmbito acadêmico e profissional, também notou-se esses avanços em suas entidades representativas, sobretudo nas Instituições do Serviço Social. No entanto, não foi apenas devido a aproximação com o marxismo acadêmico, que o Serviço Social passou a ter uma visão crítica da sociedade e de sua profissão, de maneira dialética. Essa aproximação se dá através da relação como a população usuária e os movimentos sociais, podendo ser esses os que procuravam a democratização da sociedade ou os que eram contra a ditadura militar ou pela anistia, ou, seja aqueles relacionados às lutas contra as opressões vivenciadas por grupos específicos como movimento das mulheres, movimentos dos trabalhadores. Sendo assim, a aproximado Serviço Social com a luta feminista, se deu por meio, sobretudo, dos enfrentamentos das mulheres trabalhadoras contra a carestia de vida e por melhorias em sua comunidade, nos Clubes de Mães, através dos movimentos por creche, habitação entre outros.

2.3 Movimento Feminista e suas primeiras manifestações na Europa do Século XIX

Para que se possa compreender o movimento feminista, faz-se necessário observar onde se deu as primeiras manifestações desse movimento, esse surge em meio a dupla revolução do século XVIII, na Europa e na Grã-Bretanha. Suas reivindicações eram oriundas da falta de direitos à liberdade e à igualdade, visto que esses, direitos reservados aos homens e garantidos por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 (INÁCIO, 2013).

As primeiras manifestações femininas tiveram início na Europa ocidental, em meio a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Industrial na Grã-Bretanha (1780-1840). Essas Revoluções são o ponto de partida do movimento feminista. Sendo marcadas por contradições e avanços. As contradições ocorreram devido ao seu ideário, que carregava a proposta de igualdade. Já o avanço das Revoluções, ocorreram por parte dos trabalhadores, das mulheres e das populações mais pobres (INÁCIO, 2013).

A opressão das mulheres, portanto, tornou-se uma questão política com o nascimento da sociedade burguesa, no contexto dessa “dupla revolução” do século XVIII, na Europa. Essas duas grandes revoluções abriram espaço para as reivindicações das mulheres, sendo essas relacionadas a questões de trabalho e na busca por reconhecimento de direitos civis.

O ideário moderno iluminista da Revolução Francesa, sustentado nos valores da igualdade, liberdade e fraternidade e contra os privilégios aristocráticos que embasaram a sociedade feudal, abriu espaço para as reivindicações das mulheres. A Revolução Francesa foi uma revolução eminentemente burguesa, que se rebelou contra todos os obstáculos que impediam o livre desenvolvimento das novas relações sociais capitalistas (INÁCIO, 2013. p. 33).

Deste modo, o modelo Iluminista da Revolução Francesa foi contra a sociedade feudal e seus privilégios aristocráticos, que deram base à sociedade feudal. Entretanto, a Revolução Francesa foi uma revolução em suma burguesa que se rebelou a todos os obstáculos que impediam o seu livre desenvolvimento. Mas, como avanço, abriu-se espaço às reivindicações das mulheres.

As reivindicações das mulheres foram oriundas da falta de direitos à liberdade e à igualdade, sendo esses, direitos reservados aos homens e garantidos por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Essa declaração deixava de fora metade da população, nesse caso as mulheres. Somente no ano de 1791 se tem a denúncia do caráter não

universal e desigual dessa Declaração com a redação da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, por Olympe de Gouges¹ (INÁCIO, 2013).

O feminismo, advindos das reivindicações das mulheres, conforme Inácio (2013), é visto como fruto desse mesmo momento histórico, de revoltas e contradições. Momento esse, que trazia a promessa de igualdade e liberdade proclamados pela Revolução Francesa. Porém trouxe às revoltas dos/as trabalhadores (as) e das mulheres diante das situações de desigualdade social, política e sexual postas no contexto do capitalismo ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Na medida em que as mulheres eram mais requisitadas para ingressar na indústria capitalista, cresciam as suas insatisfações. Estas insatisfações se davam devido à dupla jornada de trabalho, uma vez que elas tinham os afazeres de casa e também trabalhavam fora. As mulheres nesse período, buscavam o reconhecimento delas como cidadãs, além de reivindicarem por condição de igualdade em relação aos homens, (INÁCIO, 2013).

Segundo Hobsbawm (2010), essa primeira metade do século XIX na Europa, especialmente o período entre 1830-1840, que é o final do período da Revolução Industrial, foi marcada por agitações revolucionárias e pela crise geral do capitalismo. Onde a mudança do modelo econômico trouxe consigo consequências sociais como miséria e insatisfação. Gerou revolta entre as trabalhadoras e os trabalhadores da indústria e das populações mais pobres, que reivindicavam por melhores condições de vida, reconhecimento político e de igualdade social.

No século XX, o feminismo foi se organizando enquanto movimento coletivo como resposta a situações de desigualdade sexual entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Entre as discriminações sofridas pelas mulheres estavam desigualdade salarial, exclusão de sindicatos e partidos políticos. Além da precariedade das leis de proteção à maternidade e da superexploração de sua força de trabalho a qual as mulheres eram expostas (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992).

Em suma, a Revolução Francesa não cumpriu sua promessa de igualdade em seu ideário. Sendo assim, acarretou frustrações diante das expectativas das mulheres, especialmente daquelas pertencentes à burguesia e ao meio intelectual que buscavam o reconhecimento de seus direitos civis e políticos. E, a Revolução Industrial, ao invés de gerar bem-estar econômico, concentrou renda nas mãos dos capitalistas e aumentou a miséria da população e o descontentamento, logo tornando-se ingredientes para a revolução social. A revolução surge

¹ Olympe de Gouges, foi defensora do divórcio e da união livre. Devido ao seu posicionamento acabou sendo guilhotinada, acusada de ter esquecido as virtudes de seu sexo (INÁCIO, 2013).

por meio de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992; GARCIA, 2011).

Segundo HOBBSAWM (2010), esse era um cenário de pauperização, de devassidão moral e social das famílias, que resultou no aumento do alcoolismo, infanticídio, além das péssimas condições de vida e de trabalho insalubres, resultando no agravamento da saúde da população. Diante disso, era inevitável o aparecimento dos movimentos trabalhistas e socialistas, juntamente com ações revolucionárias das massas. É a partir desse contexto histórico que se criou condições para a formação das lutas feminista, socialista e da teoria marxista (LOWY, 2010; INÁCIO, 2013).

Os movimentos sociais emancipatórios, marcaram o século XIX, esses surgem como resposta aos problemas gerados pela Revolução Industrial e o capitalismo. Tais como, a negação dos direitos civis e políticos das mulheres e a miséria dos proletariados e das proletárias que ficavam à margem da riqueza produzida pela indústria. Assim, esse contexto torna-se propício para teorias “emancipatórias” e dos movimentos sociais. Nesse período, o feminismo aparece como um movimento social de âmbito internacional e seu horizonte ético-político era o igualitarismo entre os sexos e a emancipação jurídica e econômica da mulher (GARCIA, 2011).

Sendo assim as primeiras manifestações femininas tiveram início na Europa ocidental, em meio a dupla Revolução na Europa, de maneira que estas são marcadas por contradições e avanços. Nesse período a opressão das mulheres, tornou-se uma questão política, devido ao nascimento da sociedade burguesa, no contexto dessa “dupla revolução” do século XVIII, na Europa. Essas revoluções abriram espaço para as reivindicações das mulheres, devido às relacionadas a questões de trabalho e na busca por reconhecimento de direitos civis. Com o desenvolvimento da sociedade burguesa e a Revolução Francesa a um aumento nas reivindicações das mulheres foram oriundas da falta de direitos à liberdade e à igualdade. O feminismo, advindos das reivindicações das mulheres, é visto como fruto desse mesmo momento histórico.

2.4 Manifestações Feministas no Brasil

Na Europa os movimentos feministas ocorreram em meio a reivindicações relacionadas às questões de trabalho e na busca por reconhecimento de direitos civis. No Brasil as primeiras manifestações se nutriram do movimento feminista europeu e textos e livros lá escritos. Há uma certa discordância sobre onde ocorreram as primeiras manifestações feministas, no Brasil; mas

é possível identificar quatro momentos históricos. Em razão disso, torna-se necessário um resgate histórico desse movimento no país.

Uma das discussões, traz como marco inicial o surgimento dos debates feministas nos grupos de reflexões ocorridos nos anos de 1960-70. Esses grupos eram conhecidos como grupos de conscientização que, em primeiro momento, abordavam questões relativas à condição das mulheres, como questões profissionais, domésticas, políticas; e, para além disso, realizavam leituras de textos traduzidos por feministas que voltaram de outros países ou que voltavam de exílios (DUARTE, 2020).

Entre as leituras realizadas, nesses grupos, alguns textos ficaram muito conhecidos como a: *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, de Friedrich Engels; *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir entre outros. Muitos dos textos internacionais, carregavam termos como o usado por Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, frases como essas, acabaram virando bandeiras daquele período. Período esse, marcado por restrições de direitos, estabelecido pelo golpe militar de 1964.

A reflexão feminina deu-se nesse mesmo contexto singular da militância, provocando uma retroalimentação em suas escolhas e projetos. Ou seja, a organização de nossos movimentos feministas, bem como sua progressiva visibilidade, ao lado da emergência de um pensamento feminista entre nós, se deu em pleno regime de exceção política que se seguiu ao golpe militar de 1964. (DUARTE, 2020, p. 10)

O desenvolvimento do movimento encontrou dificuldade, diante suas tomadas de escolhas, ao mesmo tempo em que se necessitava de um pensamento feminista, se tinha uma sociedade que passava por um período de censura. Nesse mesmo período as mulheres buscavam por direito a educação e reconhecimento em trabalhos científicos, esse momento também é considerado como o ponto de partida do movimento feminista no país.

Segundo Duarte (2020) há estudos que defendem que o feminismo acadêmico é anterior ao ativismo feminista no Brasil, como prova disso já se tinha registro de autoras como Heleieth Saffioti, Eva Blay, Carmem Barroso e Neuma Aguiar, em centros acadêmicos de excelência. Mesmo que essa discussão não tenha fim, o que muitos(as) autores (as) concordam é que o movimento feminista no Brasil enfrentou diversos tabus em relação ao termo feminismo.

O feminismo carrega uma forte resistência a sua nomenclatura e ao que representa, mesmo esse configurando-se como um movimento legítimo que atravessou várias décadas e transformou as relações entre homens e mulheres. De modo que, ao refletir sobre o assunto o movimento feminista ergueu bandeiras como, direito de mulheres, acesso à universidade, escolha da profissão e igualdade salarial. Tais bandeiras agora fazem parte do cotidiano das

mulheres brasileiras, mesmo que esse ainda não tenha sido alcançado plenamente, mas já não se pode imaginar um cenário diferente ao que se vive hoje, (DUARTE, 2020).

A autora Duarte (2020, p. 25), traz como “grande derrota” o preconceito ao termo feminismo, de modo, que uma grande parte das mulheres não carregasse orgulho o termo feminista. De modo que transformou a imagem da mulher feminista.

A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não apenas promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal-amada, machona, feia em total oposição a ideia do “feminino”. Provavelmente, por receio de serem rejeitadas ou de ficarem “malvistas”, muitas de nossas escritoras, intelectuais, e as brasileiras de modo geral, passaram enfaticamente a recusar esse título (DUARTE, 2020, p. 25-26).

Diante disso, ocorreu o mal uso da palavra, de forma que, essa passou a ser usada como algo negativo, a qual muitas escritoras não queriam estar vinculadas. Ao considerar essa derrota mediante ao termo feminismo, segundo Duarte (2020), pode-se aí identificar por que as novas gerações desconhecem a história do movimento feminista e de suas lutas. Com isso, desconhecem também suas pioneiras, que lá no passado denunciaram as discriminações que sofriam, que idealizaram um possível relacionamento justo entre os sexos.

Entretanto pode-se dizer, que o outro motivo para que a história do movimento feminista seja pouco conhecida, se dá pelo fato de sua bibliografia ser considerada limitada e fragmentada. Já que está se divide em análises sobre os anos 1930 e a luta pelo voto, ou até mesmo sobre os anos de 1970 e as conquistas mais recentes (DUARTE, 2020).

Segundo Duarte (2020) entende-se, na maioria das vezes, que o feminismo consiste apenas em movimentos articulados entre mulheres, como organizações maiores ou ações de forma geral, que visam a luta por diversos direitos e por determinadas bandeiras, fazendo com que se tenha uma visão fragmentada do movimento.

Sendo que este deveria ser entendido como algo maior, que correspondesse a todo ato, gesto ou ação que resulte em protestos contra opressão e a discriminação da mulher, na busca por ampliação de direitos civis e políticos, podendo esses serem individuais ou em grupo. Somente com reconhecimento desse movimento como uma articulação entre mulheres, sendo estas maiores ou menos, que talvez, esse pudesse ser então conhecido, desde seus movimentos iniciais (DUARTE, 2020).

Segundo a autora Duarte (2020) o movimento feminista passa por quatro momentos históricos, sendo eles: *As Letras Iniciais; Ampliação a Educação e Sonhando com o Voto; Rumo a Cidadania; Revolução Sexual e Literatura*. Esses momentos podem ser identificados

também como ondas, por começarem difusas e imperceptíveis ou aos poucos, mas de forma que se conversam em uma movimentação natural em seu interior.

Deste modo, no Brasil as primeiras manifestações do movimento feministas surgem na década de 1960, nesse momento as feministas nutrem-se dos textos e livros vindos de fora. Há uma certa discordância onde correram as primeiras manifestações feministas, no Brasil, algumas estudiosas trazem como marco inicial o surgimento dos debates feministas nos grupos de reflexões ocorridos nos anos de 1960-70 outras defendem que o feminismo acadêmico é anterior ao ativismo feminista no Brasil. No entanto, há uma concordância que esse movimento tem suas primeiras manifestações a partir da década de 1960. Esse período foi marcado por restrições de direitos, estabelecido pelo golpe militar de 1964. O que resultou em dificuldade para o desenvolvimento do movimento feminista, diante suas tomadas de decisões. Ao mesmo tempo em que se necessitava de um pensamento feminista, se tinha uma sociedade que passava por um período de censura. Nesse mesmo período as mulheres buscavam por direito a educação, melhores condições de trabalho e reconhecimento em estudos científicos esse momento também é considerado como o ponto de partida do movimento feminista no país. O movimento feminista passa por quadro momentos históricos como, *As Letras Iniciais; Ampliação a Educação e Sonhando com o Voto; Rumo a Cidadania; Revolução Sexual e Literatura*.

2.4.1 Primeiro momento: *As Letras Iniciais*

As Letras Iniciais começaram na década de XIX na busca, pelo direito básico de aprender a ler e escrever, direito esse que era reservado apenas aos homens. Nesse período as mulheres, em sua grande maioria, vivem imersas pela falta de cultura, de maneira que, não poderia ser outra, a exigência dessas mulheres nesse momento, se não a busca pelo direito à educação.

A primeira legislação que autorizava a abertura de escolas femininas foi datada no ano de 1827. Entretanto, até esse momento, as únicas maneiras para ter acesso à educação eram por meio de conventos, que tinham como objetivo guardar as meninas para o casamento. Outras opções para essas meninas terem acesso à educação, era por meio das poucas escolas particulares, ou pelo estudo individualizado, porém essas formas de ensino carregavam uma única intenção, o ensino de prendas domésticas.

Segundo Duarte (2020) foram essas primeiras mulheres que tiveram contato com essa educação diferenciada, que resolveram que de alguma forma, deveriam estender o benefício do

conhecimento para outras mulheres. Diante disso, abriram escolas, publicaram livros, foram contra a quem defendia a ideia de que mulher não necessitava saber ler e escrever.

Nesse momento há um nome que ganha destaque no país, o da autora *Nísia Floresta Brasileira Augusta* (1810-1845), nascida no Rio Grande do Norte, residiu em vários outros Estados, até se mudar para Europa. Ela teria sido umas das primeiras mulheres a “romper com os limites do espaço privado” e publicar textos em jornais de grande circulação (DUARTE, 2020, p. 28).

O seu primeiro livro, *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens* de 1832, foi considerado o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instituição e ao trabalho, exigia também que elas fossem consideradas e merecedoras de direitos. Esse livro teve como inspiração a autora Mary Wollstonecraft. Segundo Duarte (2020), Nísia teria feito uma tradução livre do livro *Vindications of The rights of Woman*, de Mary W., além de utilizar dos escritos de outras autoras e dos artigos da *Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã*, de Olympe de Gouges. Segundo Duarte (2020), mesmo que com toda a influência vinda de fora, o seu livro foi considerado um elo entre ideias estrangeiras e a realidade nacional.

Nísia Floresta identificava em suas escritas, a herança cultural portuguesa como a origem do preconceito no Brasil, ela ainda ridicularizava a ideia da dominante superioridade masculina, segundo ela, homens e mulheres “são diferentes no corpo, mas isso não significa diferença na alma”. Ela também diz que as desigualdades que resultam em inferioridades, “vêm da educação e circunstância de vida”, antecipando, assim, a noção de gênero como uma construção sociocultural (DUARTE, 2020, p.28).

Segundo Duarte (2020) Nísia aborda que os homens tiram proveito da opressão das mulheres. Dessa forma, é somente por meio do acesso à educação que as mulheres podem identificar de sua condição inferiorizada na sociedade. Para Duarte (2020), Nísia não realiza uma tradução convencional dos textos feministas, mas ela absorve as ideias vindas de fora e desenvolve novas perspectivas.

Nísia Floresta, não realiza uma tradução no sentido convencional do texto da feminista, ou de outros escritores europeus, como muitos acreditam. Na verdade, ela empreende uma espécie de antropologia libertária: assimila as concepções estrangeiras e desenvolve um produto pessoal, em que cada palavra é vivida e os conceitos surgem extraídos da própria experiência (DUARTE, 2020, p. 28-29).

Dessa forma, ela traz aspectos dos textos que traduziu, os compreende e relaciona com o contexto no qual cada palavra é vivida, fazendo com dessa forma os conceitos surjam a partir de suas experiências. Segundo Duarte (2020, p. 29) “seria essa a marca diferenciadora desse

momento histórico”, sendo esse o primeiro momento feminista, que se dá pelo fato de vir de fora, por não ter nascido entre nós.

Duarte (2020) fala que Nísia Floresta destaca-se nesse momento, pelo fato de por ter colocado na língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, traduzindo em forma de palavra, novas ideias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira. Já que, ao se apropriar dos textos europeus, *Nísia* busca superá-los, dessa forma, segundo Duarte (2020), se insere numa importante “linguagem antropofágica” da literatura brasileira, inaugurada desde Gregório de Matos, ao traduzir este texto a autora, tem como sua intenção promover pensamentos e “engolir” as influências estrangeiras.

Assim sendo, nesse primeiro momento as feministas buscam pelo direito básico de apreender a ler e a escrever, as mulheres criam grupos que visam discutir, questões relacionadas a mulheres e aos seus espaços de direito. Nesses grupos elas nutrem-se de textos europeus e de traduções livres, sendo essas realizadas por escritoras brasileiras e de certa maneira adaptadas ao contexto brasileiro. De tal modo, trata-se de um período de busca por conhecimento e aproximação de textos feministas, o que gerou a instigação para outros sonhos como, o do voto.

2.4.2 O segundo momento: *Ampliação a Educação e Sonhando com o Voto*

Ampliação da Educação e Sonhando com o Voto, sendo o momento considerado por Duarte (2020) como a expressão de mulheres (1870), devido ao grande número de jornais e revistas, e artigos de caráter nitidamente feministas.

Entre tantas formas de manifestações, destaca-se o periódico de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, *O sexo Feminista*, sendo esse publicado em três momentos, o primeiro de 1873 a 1875. O segundo ocorreu alguns anos depois, no Rio de Janeiro de 1887 a 1889, para onde Francisca Senhorinha se muda com sua filha Elise Diniz Machado Coelho a também jornalista e escritora de romances-folhetim. No Rio de Janeiro elas fundaram o Colégio Santa Isabel, para moças, que mais tarde se tornaria muito prestigiado na cidade (DUARTE, 2020).

Segundo Duarte (2020, p. 32), em seus artigos Senhorinha busca questionar as mulheres sobre o “grande inimigo”, que é ignorância, sobre seus direitos, que a ciência dos homens, se encarregava de manter, ela abordava também, que era só por meio da instrução que seria possível “quebrar com as cadeias que desde século de remoto obscurantismo nos rodeiam”. Sendo assim, é por meio da educação que se pode romper com séculos de ignorâncias, impostas a nós pela sociedade.

Nesse período outras autoras e jornais também se destacam, tais como, o Jornal Echo das Damas editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que circulou entre 1875 e 1885 e defendia a igualdade e o direito da mulher à educação, além de divulgar as realizações femininas em outros países.

Entre as jornalistas destaca-se a Josefina Álvares de Azevedo, à frente do Jornal A Família que dirigiu dos anos de 1888 a 1897. Segundo Duarte (2020), ela se destacou “pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, questionando a tutela masculina e testemunhando momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos” (DUARTE, 2020, p. 32-33).

Para Duarte (2020), Josefina Álvares foi uma importante representante do movimento feminista, realizando um intenso trabalho em sua militância, agindo incansavelmente na denúncia de opressão das mulheres, e nos protestos pela inércia masculina em reconhecer a direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, a trabalho remunerado e ao voto. O voto tornar-se-ia uma importante bandeira para ela, de tal modo, que veio a escrever uma peça teatral sobre o voto, sendo essa intitulada *O voto feminino*, peça essa que mais tarde, resultou em um livro (DUARTE, 2020). Diante disso, ela torna-se uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e a dinâmica do país.

Com todo o movimento desse período, devido ao crescimento de jornais e revistas, os meios de comunicação passaram a evidenciar as conquistas femininas, dessa forma a cada médica e advogada formada no exterior, a imprensa feminista expressava imensa satisfação ao ver mulheres ocupando espaços por direito. Segundo Duarte (2020 em contraponto a essas manifestações, a literatura, o teatro e a imprensa masculina, posicionaram-se contra, passando a ironizar as conquistas dessas doutoras, persistindo em dizer que seria impossível manter o casamento, filhos e cuidar da casa e ao mesmo tempo exercer uma profissão. Essas críticas serviam para manter a classe alta e média inalterada, já que a expectativa para as mulheres pertencentes a esse grupo era de dedicação integral ao lar e à família.

Devido a toda expansão e agitação das mulheres nesse período, e o crescente aumento de jornais e revistas com características femininas - pois esses ainda não se declaram como feministas - fez com se gera-se uma grande movimentação de mulheres nos meios de comunicação e na busca pela ampliação de direitos.

2.4.3 O Terceiro momento: *Rumo à cidadania*

O *Rumo à cidadania*, se dá após a grande movimentação do segundo momento *Ampliação a Educação e Sonhando com o Voto*, já que esse foi considerado o movimento de quando houve a expansão das mulheres nos meios de comunicação, como jornais e revistas, e no meio acadêmico.

O movimento Rumo à cidadania inicia-se no século XX é considerado uma movimentação inédita, vista que as mulheres se encontravam mais ou menos organizadas, na buscavam, pelo direito ao voto, ao acesso a cursos superiores, e à ampliação do campo de trabalho (DUARTE, 2020)

Nesse período alguns nomes se destacaram, tal como Bertha Lutz, que tornar-se uma grande influência na busca pelo direito ao voto e pela igualdade de direito entre homens e mulheres no Brasil. Por muito tempo Bertha foi obstinada em seus discursos, nas audiências com os parlamentares, onde ela falava sobre a opressão das mulheres. Outro nome que ganhou destaque nesse momento foi o da Maria Lacerda de Moura, que travou a busca pela libertação total da mulher, reafirma também que é pela instrução que a mulher transforma a sua vida (DUARTE, 2020).

Segundo Duarte (2020) o feminismo dos anos de 1920 foi generoso com relação a movimentação das mulheres, teve também, uma forte influência do feminismo Burguês. Nesse mesmo momento, viu-se emergir o movimento anarco-feminista, que idealizava a emancipação das mulheres nos diferentes planos da vida social e na instrução para a classe operária, além de uma nova sociedade libertária. Porém esse movimento discordava do restante do movimento feminista, pois eram contrários à representatividade feminina ou a ideia do voto para mulheres, sendo esse momento marcado com contradições dentro do movimento.

Após esse momento de contradições, e muito barulho do movimento feminista, o Senador Justo Chermont, apresentou o primeiro projeto de lei em favor do sufrágio no Brasil. A apresentação desse projeto gerou tanta insatisfação dos antifeministas do Senado e Câmara, que esses se reuniram em uma espécie de campanha para ridicularizar as mulheres, o que levou o processo arrastar-se até a campanha do voto de 1928 (DUARTE, 2020).

Porém no ano de 1927, o Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, antecipou-se e aprovou uma lei em seu Estado dando o direito ao voto às mulheres, o que gerou euforia nacional. Segundo Duarte (2020) a terra de Nísia Floresta saía na frente na conquista ao voto, gerando provocação para as demais cidades, que rapidamente buscaram articular com as forças mais presentes no campo da militância do país, que passaram a exigir o mesmo direito.

Nesse momento é lançado o manifesto à nação, ora chamado de Manifesto feminista, ora de Declaração dos direitos da mulher (DUARTE, 2020).

Porém, não adiantou todas as manifestações, todas as publicações em jornais e revistas, foi necessário esperar por alguns anos, para que o voto das mulheres fosse incorporado ao Novo Código Eleitoral no ano de 1932. Esse foi incluído por Getúlio Vargas, devido ao grande número de apelos, de forma que deveria seguir as mesmas regras que a dos homens, excluindo os analfabetos.

O Brasil passa nesse momento a ser o quarto país nas Américas, ao lado do Canadá, Estados Unidos e Equador, a conceder o voto às mulheres. Contudo a alegria durou pouco, pois Getúlio Vargas, decide cancelar as eleições de 1945, assim, as mulheres não conseguem exercer o seu direito conquistado ao voto (DUARTE, 2020).

2.4.4 Quarto momento: Revolução Sexual e Literatura.

Após grandes períodos e todos os movimentos de luta para alcançar e reivindicar os direitos trabalhistas como mulheres cidadãs, o momento da história que passamos a recapitular a partir de agora, se torna o ápice do movimento feminista, pois 1975 torna-se o ano Internacional da Mulher. Muitas pesquisadoras colocam esse ano como o ano mais ousado do movimento feminista no mundo, onde os congressos e reuniões eram muito bem articuladas e organizadas (DUARTE, 2020).

A luta feminista ganha proporção mundial e com isso, a partir de uma iniciativa da ONU, a data 8 de março passa a ser o Dia Internacional da Mulher, data que passou a ser comemorada em todo país. Reconhecer a luta feminista dessa forma, é reconhecer as pequenas e grandes movimentações, congressos e reunião organizados durante anos. É compreender o imaginário coletivo das mulheres (DUARTE, 2020).

No Brasil a união das mulheres foi além da discriminação do sexo e a as reivindicações por direitos iguais. Enquanto o restante do mundo lutava pelo reconhecimento desses direitos, aqui, as mulheres ainda precisam sobreviver à ditadura militar imposta pelo governo (DUARTE, 2020).

Diante desse contexto, a luta feminista também foi marcada pela discussão da censura, pelo direito de aborto, prazer e ainda a sexualidade. Os debates sobre a sexualidade nesse período foram tão intensos que o mote desse período era comandado pelo conceito “Nossos corpos nos pertencem”, que buscava a recuperação do ideário de mais de 60 anos as inflamadas

discussões que socialistas e anarquistas do início do século XX haviam promovido sobre a sexualidade (DUARTE, 2020).

A chegada da tecnologia anticoncepcional, torna-se grande aliada do feminismo no Brasil, ao permitir que à mulher possa igualar-se ao homem no que diz respeito à desvinculação entre sexo e maternidade, com isso, surge uma nova mídia dirigida e comunicada por mulheres e para mulher, a partir da criação do Jornal Brasil Mulher, porta-voz do recém criado Movimento Feminino pela Anistia; e, em 1976 surge o periódico *Nós mulheres*, que logo se assume como feminista e vai circular por quase três anos (DUARTE, 2020).

Esses dois jornais debatiam e apresentavam assuntos extremamente polêmicos para a época, como o aborto, a dupla jornada, o trabalho feminino, as mulheres na política, a discriminação racial e ainda a ocupação dos espaços culturais por mulheres, como o teatro e o cinema. Os jornais foram essenciais para fomentar o debate e alcance do papel da mulher na sociedade e com isso cada vez mais pensavam-se em como continuar comunicando o feminismo (DUARTE, 2020).

Em 1981 foi fundado o jornal que prometia revolucionar a forma de comunicar os assuntos que permeavam o movimento feminista e assim foi o *Mulherio*, Jornal criado para divulgar denúncias de violência contra mulher, discriminação contra a mulher negra, à política do corpo, à amamentação, ao trabalho feminino e à vida das operárias e da periferia das grandes cidades, e também a produção cultural de escritoras e artistas e os endereços de grupos feministas de todo o país. O jornal de fato foi um sucesso, rapidamente a publicação alcançou reconhecimento nos meios universitários, e no seu terceiro número contava com mais de três mil assinaturas (DUARTE, 2020).

Esses meios de comunicação tornam-se extremamente importantes na construção da história feminista no país, eles servem como documentos para que hoje, um século depois, possamos ainda pesquisar, debater e discutir o feminismo e como se deu a sua concepção. A importância desses jornais se deu ainda mais para que as mulheres ocupassem os meios acadêmicos naquele período e continuam influenciando a sociedade a acreditarem em seu ideário (DUARTE, 2020).

Os jornais abriram espaço para que as mulheres ocupassem também a literatura brasileira e a política. Em tempos de globalização, onde a informação era massiva e que os saberes instituídos se perdiam facilmente, as mulheres feministas continuam assimilando novidades trazidas do exterior, subdivididas em interesses fragmentados das comunidades

acadêmicas, permitindo que o feminismo saísse dos holofotes e dividisse espaço aos estudos culturais ou estudos gays.

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A metodologia tem o propósito de auxiliar na construção de um projeto de pesquisa. Segundo Minayo (2002), a metodologia se expressa por meio da articulação entre pensamentos, conteúdos e existência. O objetivo de ultrapassar técnicas e instrumentos que constituem a metodologia, assim alavancar a importância da criatividade do/a pesquisador/a para a construção da pesquisa.

Dessa forma, as questões que orientaram este estudo são: *a) Quais são as produções bibliográficas do Serviço Social que discutem a relação do movimento feminista no Brasil com o Serviço Social? b) Como se deu a aparição do movimento feminista no Brasil? c) Quais foram as influências teóricas do movimento feminista para o Serviço Social? d) Quais foram as pautas de debate do Serviço Social perante o movimento feminista no país? e) Quais foram as estratégias do movimento feminista brasileiro incorporadas pelo Serviço Social?.* Essas indagações auxiliam para a construção do trabalho e para que o pesquisador possa responder ao problema de pesquisa ao final do estudo, que neste trabalho apresenta-se como: *De que maneira, o Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação, articulou o seu conhecimento crítico as possíveis influências do movimento feminista no Brasil?.* Tendo as questões orientadoras e o problema de pesquisa definidos, o próximo item que esta seção busca discutir é a de procedimentos metodológicos.

Neste tópico foram expostos os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração desta pesquisa. Sendo assim, abordaremos em primeiro momento o tipo de pesquisa que será utilizada, método de análise da realidade, técnicas e instrumentos, universo e amostragem, análise dos dados, pressuposto ético e socialização, além do cronograma, orçamento e referências.

3.1 Tipo de Pesquisa

Para a realização desta pesquisa, orientou-se pela ótica da pesquisa qualitativa e exploratória. A pesquisa qualitativa, busca a singularidade dos fenômenos, para além da opinião já formada do/a pesquisador/a, a fim de compreender as experiências e situações dos objetos ou sujeitos envolvidos (MARTINELLI, 1999). A pesquisa qualitativa identifica fatores que não podem ser reduzidos a meros números que os quantifiquem.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das

aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como uma parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2002, p. 21).

A pesquisa qualitativa, neste sentido, teve como objetivo assumir questões particulares, que trabalham a esfera dos significados, com o objetivo de compreender os fenômenos humanos vividos, para apreender a realidade social e interpretar suas ações, dentro dessa realidade.

Com a intenção de auxiliar a compreensão deste fenômeno, foi utilizada a pesquisa exploratória que tem o propósito trazer uma maior proximidade do pesquisador com o tema, proporcionando uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 2008).

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2008, p. 27).

Além, da pesquisa qualitativa e a pesquisa exploratória, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, como instrumento de compreensão da temática pesquisada. Dessa forma, “a pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (GIL, 2002, p. 45). Sendo esta indispensável para estudos históricos, pois em algumas situações não há maneira de conhecer os fatos passados, se não pela aproximação dos fatos secundários.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2002. p. 50).

A metodologia escolhida para realização dessa pesquisa se torna importante na busca da solução do seu problema, uma vez que a pesquisa qualitativa qualifica os dados coletados ao longo do estudo, enquanto a pesquisa exploratória busca realizar uma aproximação com o tema proposto.

Desse modo, cada escolha feita aqui, auxiliou na construção da pesquisa, na medida em que se faz necessário um estudo bibliográfico sobre feminismo e suas diversas formas. Pois é notório que o tema abordado é relativamente novo no âmbito do Serviço Social, dessa forma esta pesquisa tem caráter aproximativo para temas pouco explorados.

A pesquisa bibliográfica com teor qualitativo e exploratório, constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla diante do objeto de estudo proposto neste trabalho. Após essa primeira fase da pesquisa foi usado o método de análise da realidade, para melhor compreensão dos dados levantados durante esta pesquisa.

3.2 Método de Análise da Realidade

Segundo Gil (2008), a ciência tem como objetivo fundamental chegar o mais próximo possível da autenticidade dos fatos. Neste sentido, este ainda não se distingue de outras formas de conhecimento. Porém, o que torna o conhecimento científico diferente dos demais é a sua característica fundamental e sua verificabilidade. Só a partir daí o conhecimento pode ser considerado científico.

O reconhecimento se dá por meio das operações mentais e técnicas que serão utilizadas para a sua verificação, “em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento”. (GIL, 2008, p. 8). Diante disso, é por meio do método e suas técnicas que um trabalho pode ser considerado científico.

A partir dessa discussão sobre qual conhecimento pode ser considerado científico, pode-se afirmar que o método é o caminho para que se chegue aos objetivos dentro da pesquisa. O método é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos, que será adotado para atingir o conhecimento (GIL, 2008).

O método escolhido para a realização desta pesquisa, teve como objetivo esclarecer as temáticas abordadas neste trabalho, sendo essas o Serviço Social e o movimento feminista. O método dialético- crítico foi o escolhido para elaborar este trabalho, pois parte do movimento do pensamento dialético, para o abstrato na análise de um determinado objeto (ZACARIAS, 2020).

Segundo MARX (2003, p. 227 *apud* 2020, p. 73, ZACARIAS), o concreto aqui é “intuitivo e representativo”, por isso é impossível negar a sua imediatez. Sendo assim, o movimento de negação se aplica ao objeto analisado, independe de qual seja ele, expresso no real, que é abstraído e decomposto em seus elementos constitutivos. Para que assim ocorra um novo momento de abstração e possa agora ser unificado ao pensamento e processo de síntese (ZACARIAS, 2020). Dessa forma, explica suas relações e suas essências.

A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável- aliás, no domínio do estudo

da sociedade, o próprio Marx institui com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador (NETTO, 2009. p. 648).

Diante disso, o pensar analítico passa do processo de abstração, para o concreto, não mais aquele concreto, mas sim um concreto pensado, desmistificado, já que seus elementos determinantes foram esmiuçados até chegar a novas determinações. A partir desse processo, não se pode mais pensar em partes fragmentadas, mas sim em partes que constituem uma totalidade. (ZACARIAS, 2020).

Partindo desse pensamento, não se pode pensar o movimento feminista e o movimento de reconceituação do Serviço Social de forma fragmentada, sem que ocorra o processo de abstração do objeto em análise, o pesquisador não é capaz de apropriar-se, totalmente objeto.

O método dialético crítico de Marx consiste na perspectiva de dupla investigação e exposição, enquanto processo de apropriação e esclarecimentos crítico-racional da aproximação do objeto pelo sujeito. Não se pode separar esses dois momentos, sem que o objeto só possa ser exposto após ser investigado e analisado, de forma crítica em suas determinações essenciais. (CHAGAS, 2015).

A pesquisa, foi orientada por esse método, para melhor apreensão da essência do objeto partindo de sua aparência. Esse tipo de abordagem considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as contradições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais" (MINAYO, 2002, p. 24). A escolha do método é uma forma de ir além da imediatividade e do senso comum, no que se refere ao movimento feminista e o Serviço Social, a fim de desconstruir pensamentos preconceituosos já enraizados pela sociedade e a apreender o processo sócio-histórico que busca emancipação humana.

A partir do pensamento sobre as categorias do método, identifica-se que estas não possuem fim em si próprias, pois tratam-se de um instrumento de análise para descrever um determinado contexto social (CURY, 2000). Por categorias, entende-se:

As categorias não são formas puras que dão conta de toda e qualquer realidade para todo o sempre. Elas são relativas, ao mesmo tempo, ao real e ao pensamento, ou seja, a todo o movimento no real e pensamento. Daí o fato de tanto pertencerem ao campo do conhecimento, quanto indicarem os aspectos objetivos de fenômenos, as categorias, pois só se dão como tais no movimento e a partir de um movimento considerado isoladas, tornam-se abstratas. (CURY, 2000, p. 22).

Sendo assim, as categorias utilizadas para a compreensão desse trabalho são o movimento de reconceituação, conhecimento crítico, movimento feminista brasileiro e Serviço Social. Essas têm como objetivo dar conta do tema proposto por este estudo, sendo esse o Serviço Social e o movimento feminista.

Para a compreensão deste tema buscou-se a utilização das principais categorias do método, para esse fim, optou-se pelas seguintes categorias: *historicidade, contradição e mediação, totalidade*.

Dessa forma, compreender a *historicidade* é buscar entender o movimento dos fenômenos que estão em processo de desenvolvimento e mudanças, portanto, só podem ser apreendidos através do entendimento dessa dinâmica. Pode-se dizer que a historicidade dos fenômenos sociais é, primeiramente, o reconhecimento de sua processualidade e de sua provisoriade, uma vez que, é o movimento de transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais, ou seja, a transformação faz parte da história humana, sendo assim, deve ser compreendida como algo inacabado (PRATES, 2012; ZACARIAS, 2020). Já que, essa está sempre em construção.

Enquanto a categoria *contradição* apresenta-se como um reflexo do real, LEVEBVRE (1983, p. 192, *apud* ZACARIAS, 2020, p. 79) a contradição dialética “[...] deve ser encarada como sintoma da realidade”, contudo esta não se resume a isso, uma vez que é o começo de movimento e do desenvolvimento.

A contradição em si é insustentável, portanto, deve ser superada, pois as partes que a compõem traduzem uma relação de conflito e de luta. Simultaneamente, a existência da outra. O fim da contradição é o fim da vida. A superação da contradição é o percurso natural do devir, e a sua tendência em transformar o choque entre duas partes em superior (ZACARIAS, 2020, p. 78).

A contradição é o caminho natural do conhecimento, uma vez que, este está sempre em transformação, em choque. Segundo Prates (2012), a *contradição*, é uma ocorrência que nega, mas não exclui aquilo que se opõe. No processo de desenvolvimento do ser humano e da sociedade, o complexo de relações sociais os compõem, mas também os transformam, configuram, assim, uma unidade de opostos.

Para Kosik (1976), seu elemento tem duplo sentido, ao mesmo tempo em que ela mostra sua essência, ela esconde. É por meio da essência que os fenômenos se manifestam, mas de modo parcial, ou apenas de certo ângulo. A contradição é considerada uma parte importante no processo de desenvolvimento da história, tendo em sua essência a luta dos contrários, sendo ela o confronto das contradições, esta compreende os fenômenos da realidade e seus opostos (KONDER, 2008).

Nesse sentido, o movimento feminista e a luta pela emancipação humana perpassam por vários momentos históricos, em razão disso, se faz necessário a compreensão sobre as lutas das mulheres, seus percursos históricos e seus movimentos de contradições. Diante do exposto, constata-se a necessidade de articular esse movimento através do uso da categoria mediação.

A categoria *mediação* age como um interlocutor entre categorias, partindo do pensamento de que os fenômenos sociais em todas as suas fases são socialmente construídos e interligados. Pontes (2016), fala sobre a importância dessa categoria para a atuação do Serviço Social em seu trabalho interventivo. De modo que, este trabalho tem como objetivo desvendar como se deu a relação do movimento feminista e o Serviço Social, e como esses profissionais vêm articulando na atuação profissional a categoria gênero. Com isso, podemos dizer que a *mediação* fornece bases para a construção desta análise, considerando suas transformações, tendo em vista que a categoria *mediação* consiste em entender o real e compreender suas realidades.

A partir da categoria *totalidade*, buscou-se apreender o movimento histórico do feminismo no Brasil, para propiciar um melhor entendimento sobre todas as partes que a compõem, sempre buscando articular de maneira dialética o contexto sócio-histórico no qual esse se insere, situando na complexidade do cotidiano, com intenção de compreender suas múltiplas determinações.

Para Kosik (1976), a *totalidade* significa a realidade como um todo estruturado, no qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido. Porém acumular fatos não significa conhecer a realidade, já que nem todos os fatos, mesmo que reunidos, não se constituem na sua totalidade. Dessa forma, não basta o pesquisador ter consigo todas as informações sobre a temática, se essa não for analisada como um todo, levando em conta suas determinações e os processos históricos.

Expostas as categorias do método dialético crítico da realidade, o próximo item deste estudo buscou apresentar as técnicas e instrumentos indispensáveis para sua elaboração tão quanto a sua coleta de dados. Ao definir as técnicas e instrumentos de uma pesquisa, é possível estudar e explorar uma ampla variedade de conteúdos pré-definidos, a análise aqui vai além de ver e ouvir, mas sim examinar fatos ou fenômenos.

3.3 Técnicas e Instrumentos

As técnicas e os instrumentos são dois elementos fundamentais para a construção da pesquisa. As técnicas indicam o agrupamento das ferramentas necessárias para a coleta de dados, enquanto os instrumentos são os meios pelos quais essas técnicas vão coletar os dados (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Dessa forma, o presente estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica com teor qualitativo-exploratório, a fim de realizar sucessivas aproximações acerca do Serviço Social e

movimento feminista. Além da utilização da pesquisa bibliográfica com teor qualitativo-exploratório, foi usado como uma de suas técnicas para coleta de dados a ficha de documentação e apontamento, que tem como finalidade organizar os dados bibliográficos e realizar anotações.

A ficha de documentação difere-se de dois tipos sendo essa “[...] fichas bibliográficas e de apontamentos”. A primeira é utilizada para anotar as referências bibliográficas, bem como para apresentar um sumário e a apreciação crítica de uma obra. A segunda, para anotar as ideias obtidas a partir da leitura de determinado texto” (GIL, 2008, p. 76).

As fichas de apontamentos são estruturadas em três partes: cabeçalho, referências bibliográficas e texto. O cabeçalho é constituído pelo título e subtítulo correspondente aos itens definidos no plano provisório do trabalho. A fichas de apontamentos, pode ser constituída de transcrição fiel de trechos da obra, de esquemas, resumos e de anotações pessoais.

Diante disso, foram utilizadas as fichas de apontamento, guiadas pelas questões norteadoras deste trabalho, a fim de coletar os dados necessários para a construção do mesmo. Após o agrupamento de tais informações, foi utilizado a análise de conteúdo, a fim de uma melhor entendimento e classificação destas informações obtidas durante esse processo. A ficha bibliográfica de apontamento também foi usada para a classificação dos dados levantados durante o processo de seleção de amostras para este estudo. Na busca por essas amostras utilizou-se da Plataforma Scielo.

3.4 Universo e Amostragem

A amostragem nas Ciências Sociais engloba um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade (GIL, 2008). Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo.

Segundo Lakatos e Marconi (2003) a delimitação do universo busca em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos, serão pesquisados, ou seja, o universo abrange quais segmentos são abordados na pesquisa, nesse caso o universo se dá por meio da busca pela apreensão das categorias teóricas desse, como movimento de reconceituação, conhecimento crítico, movimento feminista brasileiro e Serviço Social.

Universo é um conjunto de elementos que possuem determinadas características, ou seja, o ambiente no qual se produz o estudo; enquanto que, a amostragem é um subconjunto do universo, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população (Gil 2008, p. 89)

Diante deste contexto, este estudo utilizará a amostragem não probabilística por conveniência, consiste na que não apresenta fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador Gil (2008). A amostragem não probabilística neste caso foi escolhida por conveniência, por se tratar de uma temática relativamente nova no Serviço Social. De maneira, que “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2008, p. 94). Dessa forma, foram estabelecidas categorias teóricas a partir dos objetivos específicos, como a intenção de classificar o universo e a amostragem deste trabalho.

Para isso, optou-se pelo uso da Plataforma Scielo, na qual foram utilizados filtros como, coleção: Brasil; idioma, português; área da temática Serviço Social; tipo de leitura; artigos. Além do uso dos filtros, utilizou-se de descritores. Como, feminismo, gênero, movimento de reconceituação do Serviço Social e renovação crítica do Serviço Social. Este tem como objetivos levantar trabalhos que abordem o Serviço Social e o movimento feminista.

Quadro 1: Universo e amostra da pesquisa.

Descritores	Revistas	Universo	Amostra
Feminismo	katálysis; Serviços Social e Sociedade	12 (Doze artigos)	05 (cinco) artigos
Gênero	katálysis; Serviços Social e Sociedade	20 (Trinta e nove) artigos	3 (Três artigos)
Total de Universo	32(cinquenta e sete)	Total de Amostra	07 (sete) artigos

Fonte: Sistematização da pesquisadora.

Diante destes filtros e descritores obteve-se o universo de 32 artigos, porém foram selecionados deste, apenas 07 (sete) amostras, estas amostras fazem parte do acervo das Revistas Katálysis e Serviço Social e Sociedades. Estas amostras tiveram como propósito dar conta das categorias teorias desta pesquisa, categorias essas como, movimento de reconceituação, conhecimento crítico, movimento feminista brasileiro e Serviço Social. As amostras selecionadas para a elaboração deste trabalho, foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo.

3.5 Análise dos Dados

Como técnica de análise de dados para a realização desta pesquisa foi utilizada a análise de conteúdo que segundo Bardin (1977). Configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Além disso, a técnica de análise de conteúdo refere-se ao estudo, tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências e entrelinhas, quanto dos manifestos. Para Bardin (1997) a análise de conteúdo possui cinco etapas que o pesquisador deve seguir, sendo elas: preparação das informações; transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição e interpretação.

Para a preparação das informações é necessário identificar as diferentes amostras de informação a serem analisadas, realizando uma leitura de todos os materiais, tendo em consideração quais deles dão conta dos objetivos da pesquisa. Para Bardin (1997) após a identificação das amostras de informação, é preciso decodificá-las, transformando-as em conteúdo, em unidades, para que possam ler cuidadosamente os materiais com a finalidade de definir a unidade de análise. Quando identificadas e codificadas todas as unidades de análise, o conteúdo estará pronto para envolver-se com a categorização.

A categorização é um procedimento onde os dados são agrupados considerando as partes comuns existentes entre eles. Segundo Bardin (1997), os dados são categorizados por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. As categorias devem ser válidas, exaustivas e homogêneas, ou seja, a validade deve ser adequada ou pertinente. Esta adequação se refere aos objetivos da análise, à natureza do material que está sendo analisado e às questões que se pretende responder através da pesquisa (BARDIN, 1997).

No sentido de categorias exaustivas, compreende-se que cada conjunto de categorias deve possibilitar a inclusão de todas as unidades de análise. Não deve ficar nenhum dado significativo que não possa ser classificado. No critério de homogeneidade, a categoria de afirmar que todo o conjunto é estruturado em uma única dimensão de análise. Numa perspectiva quantitativa é dizer que deve basear-se numa única variável (Bardin, 1997).

Para Bardin (1997) cada uma das categorias será produzida através de um texto-síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas. Geralmente é recomendável que se faça uso intensivo de “citações

diretas” dos dados originais. O momento da descrição é, sem dúvida, de extrema importância na análise de conteúdo, portanto este é o momento que se expressa os significados captados e intuídos nas mensagens analisadas.

Por fim, a interpretação, onde Moraes (1999, p. 31) afirma que “uma boa análise de conteúdo não deve limitar-se à descrição”. É importante que procure ir além, atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens através da inferência e interpretação”.

3.6 Pressupostos Éticos e Socialização

A pesquisa em questão foi realizada de acordo com os pressupostos éticos dispostos na lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 que disserta em razão dos direitos autorais. O material de análise foi analisado e manuseado pela pesquisadora respeitando a ética e autenticidade na hora da coleta, sem plagiar, manipular dados, discriminar ou estigmatizar os processos desvendados ao longo de sua elaboração, preocupando-se em trazer de forma clara e fiel os dados coletados, para que haja uma maior veracidade possível em seus resultados.

Tendo como objetivo a socialização destes documentos a partir da participação em eventos, vistos que esta pode contribuir para o meio acadêmico, social profissional do Serviço Social, para uma maior apreensão sobre a temática abordada, da mesma forma, gerar alternativas e estratégias de modo a contribuir para o aprimoramento dos processos interventivos do Serviço Social.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a execução da pesquisa. Expõem os dados coletados durante o trabalho e como esses foram analisados, como também o resultado alcançado através desse processo. Sendo assim, este estudo parte de uma análise de 07 (sete) artigos que foram selecionados para a sua realização.

A partir do objetivo geral da pesquisa foram elaboradas questões orientadoras com o intuito de guiar a análise dos dados. A primeira parte desta análise é composta de questões que buscam categorizar as amostras, tais como revistas (nas quais foram publicadas as amostras); ano da publicação; principais palavras-chaves; tipo de pesquisa utilizada para realização do trabalho; método utilizado, e o objetivo de cada amostra.

As amostras selecionadas foram retiradas das revistas *Katálysis* e *Serviço social & Sociedade*, tendo como ano de publicação os anos de 2010, 2014, 2016 e 2018, visto que 04 (quatro) das análises foram do ano de 2018. Nesta análise fica evidente, a falta de algumas informações, tais como o tipo de pesquisa e o método utilizado.

De forma que somente duas das amostras continham essa informação, sendo essas pesquisas qualitativa bibliográfica e pesquisa bibliográfica. Já no que diz respeito a utilização do método, também duas amostras deram conta de responder a essa pergunta, essas amostras fizeram uso do método dialético crítico.

Os artigos analisados têm como objetivo geral discutir e problematizar as principais questões do movimento feminista. Para isso, os artigos buscaram analisar as diversas vertentes desse movimento, além de discutir a produção de conhecimento para o Serviço Social e como este vem incorporando gênero em suas produções. Tais amostras buscaram analisar a relação entre feminismo e marxismo para o entendimento crítico e o enfrentamento das desigualdades sociais.

4.1 História do Serviço Social com o Movimento de Feminista

Os artigos analisados, abordaram o percurso histórico do Movimento Feminista e do Serviço Social, tendo como um dos fatores de ligação a década de 1960, período que surgiu as primeiras pautas feministas no Brasil e no mundo. No Brasil, esse período é marcado pela ditadura militar e pelo movimento de reconceituação do Serviço Social, momento em que a

profissão buscou romper com práticas conservadoras e trabalhar na perspectiva de uma profissão comprometida com a classe trabalhadora.

Ainda na década de 1960, o Serviço Social inicia um movimento de reconceituação da profissão em toda a América Latina; é introduzida a perspectiva marxiana nos cursos, busca-se trabalhar numa perspectiva de Serviço Social comprometido com as classes trabalhadoras; a partir de 1964, a perspectiva crítica adotada pelo Serviço Social com o processo de reconceituação passa a ser alvo de repressão pelo golpe militar e ocorre uma fiscalização nos currículos e conteúdos ministrados nas escolas (LISBOA, 2010. p. 71).

Nota-se, portanto, que foi a partir da ditadura militar que o Serviço Social buscou se desvincular das práticas conservadoras, que antes lhe foram atribuídas e que favoreciam ao Estado e ao mesmo tempo a sociedade burguesa (VIANA; CARVALHO; FONSECA, 2015). Nesse momento a profissão passa a sofrer repressões, em seu currículo e no conteúdo ministrado nas escolas.

O final da década de 1960 é considerado um marco para reascensão da luta feminista. Nesse momento, as feministas passam a questionar a subordinação da sexualidade de mulheres à maternidade, e a problematizar o seu lugar na sociedade, nas relações cotidianas e nas organizações políticas (DURIGUETTO; ALAGOANO, 2018).

No entanto, no Brasil somente na década de 1970 que o feminismo conseguiu se organizar como movimento social, já que continham mulheres mais ou menos organizadas em torno das reivindicações por políticas, serviços públicos, e por direitos. Embora tenha sido somente na década de 70 que a luta feminista tenha sido reconhecida como movimento, a autora ressalta que desde sempre as mulheres fizeram parte da história de luta e resistência no país, mesmo que suas reivindicações não fizessem parte das lutas centrais, uma vez que, o movimento feminista Brasileiro eclodiu em sintonia como o mundial (DURIGUETTO; ALAGOANO, 2018).

No período de regime militar da década de 1960, a questão social era enfrentada como o binômio “repressão” e “assistência”; no período em que se processou a chamada “[...] ‘abertura política’, ou seja, a partir de 1980, profissionais do Serviço Social, inseridos na militância política e honrando o compromisso com a classe trabalhadora, passam a atuar como assessores de diferentes movimentos sociais” (LISBOA, 2010. p. 71). É nesse momento de aproximação com a classe trabalhadora e os movimentos sociais, que o Serviço Social começou a discutir a ética profissional, discussão essa que resulta no Código de Ética da Profissão de 1986.

Segundo Lisboa (2010, p. 71), o Código de 1986 fortaleceu a ideia de "compromisso

com a classe trabalhadora”. Diante disso, os profissionais do Serviço Social desenvolveram projetos de extensão junto às comunidades periféricas. Esses projetos eram guiados pelo pressuposto teórico-metodológico da teologia da libertação, todavia esses eram ligados a Comunidades Eclesiais de Base - sendo estes organismos da Igreja Católica. Verifica-se ainda, nesse momento uma vinculação da profissão com a Igreja, em contrapartida, nesse momento já se nota a participação de algumas assistentes sociais, mesmo que de forma isolada, junto ao do movimento feminista.

Dessa forma, pode-se afirmar com base nos artigos levantados dentro deste estudo que o processo de vinculação entre o Movimento Feminista e o Serviço Social é fundamentado no período em que o feminismo é reconhecido e organizado como um movimento social, é diante dessa aproximação com os movimentos sociais que os profissionais de Serviço Social passam a assistir e acolher as pautas e lutas trabalhadoras com um posicionamento voltado ao povo. É a partir desse movimento que os assistentes sociais passam a ser reconhecidos como assessores de diferentes movimentos sociais, o que fomenta a discussão da ética profissional. Podemos concluir que o Serviço Social, dentro do país, acompanhou o processo de reconhecimento do movimento feminista como um movimento social, reconhecendo também o seu dever enquanto profissão.

4.2 Reinvidicações do Movimento Feminista em suas “ondas”

Dos materiais coletados durante esta pesquisa, pôde-se identificar que em 03 (três) dos artigos analisados não constaram as reivindicações e pautas dos movimentos feministas. No entanto, as outras 04 (quatro) amostras trouxeram as reivindicações iniciais do movimento, sendo essas, sempre ligadas à busca por direitos e questionando o seu lugar na sociedade. Em vista disso, o estudo das autoras Pessoa e Borges (2018), relata as pautas do movimento a partir de seus momentos históricos ou por suas ondas, como também ficou conhecido, as grandes manifestações do movimento feminista.

Considerando que essa história teve início nas primeiras décadas do século XIX – o momento em que as mulheres despertam do “sono letárgico em que jaziam”, segundo Mariana Coelho –, quero sugerir a existência de pelo menos quatro momentos áureos na história do feminismo brasileiro. Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar (DUARTE, 2003, p. 152).

Essas ondas se caracterizaram por ter sido considerado um despertar, na busca por garantia de direitos das mulheres. De maneira que a *primeira* onda se identificou pela luta em favor do direito das mulheres a lerem e a escreverem. A *segunda* onda é marcada pela ampliação da linha educacional, devido ao crescente número de jornais e revistas de feição nitidamente feministas. A *terceira* onda é caracterizada pela movimentação inédita de mulheres, sendo essas mais ou menos organizadas, tiveram como objetivo o direito ao voto, ao ensino superior e a ampliação do campo de trabalho. Já a *quarta*, que surgiu a partir da década de 70, ficou conhecida como uma revolução sexual, visto que essa debatia a respeito da sexualidade, direto ao prazer e ao aborto (PESSOA; BORGES, 2018; DUARTE, 2003).

Lisboa (2010), destaca que feminismo tem como pressuposto ético-político denunciar um conjunto de suposições que a sociedade impôs como “naturais”, tais como: heterossexualidade e maternidade. Estas suposições geram práticas opressivas a quem foge da “normalidade” estabelecida pela sociedade, (LISBOA, 2010). Como forma de desconstruir esse tipo de pensamento preconceituoso, as feministas têm proposto em seus estudos a discussão e desconstruir os papéis impostos a mulheres e homens.

Duriguetto e Alagoano (2018), abordam também em seu trabalho década de 1960 como um marco, onde o movimento feminista questionou a subordinação da sexualidade feminina à maternidade, o lugar da mulher na sociedade, nas relações cotidianas e nas organizações políticas. Já Paneghini (2018), fala em seu artigo sobre as diversas matrizes e fins para qual o movimento se destina. Segundo ela, as feministas liberais lutaram por direitos iguais dentro do sistema capitalista, já as socialistas lutaram lado a lado com as liberais pelos mesmos direitos, entretanto visando a construção de uma sociedade sem classes e sem opressão, junto a classe trabalhadora.

Dentro desse contexto, é possível considerar que as pautas levantadas dentro desse movimento social foram essenciais para que o movimento feminista ganhasse força e reconhecimento de forma gradual, além disso, mais uma vez, os estudos analisados apontam que esse é um movimento plural, que em suas diferentes fases, mesmos os perfis que discordavam em ideias e posicionamentos, lutaram por um mesmo ideal: a libertação do que a sociedade impôs às mulheres.

4.3 Vinculação do movimento feminista e com a categoria profissional

Com o início da análise das amostras, pode-se identificar a vinculação a entre o movimento feminista e o Serviço Social, se inicia pela aproximação da categoria com os

movimentos sociais e a classe trabalhadora, principalmente das mulheres trabalhadoras, e pela inserção de algumas assistentes sociais no movimento feminista. Porém essa vinculação não é abordada em 05 (cinco) das amostras verificadas. No entanto, os estudos das autoras Lisboa (2010) e Paneghini (2016), trazem elementos que aproximam o Serviço Social do movimento feminista.

Segundo Lisboa (2010) o principal momento de aproximação do Serviço Social com o movimento feminista se dá a partir dos anos de 1990, período no qual o Serviço Social passa a adotar as lutas das chamadas minorias, aprofundando-se das questões relacionadas a violência contra mulher, discriminação étnica, racial, cultural, homofobia e outras.

A autora Paneghini (2018), concorda com Lisboa (2010) que é por meio da aproximação como os movimentos sociais que essa vinculação acontece. No entanto, autora Paneghini (2018), traz também que a aproximação dos profissionais da área, com a teoria marxiana e dos autores marxistas, colabora para o desenvolvimento da profissão, de maneira que essa aproximação “contribuiu para o amadurecimento teórico e metodológico da apreensão de temas como ética e de conceitos como liberdade, justiça social, democracia, etc” (PANEGHINI, 2018, p. 255).

Entretanto, a mesma autora afirma que não foi por meio da apreensão do marxismo dentro da academia que o Serviço Social aderiu a uma visão mais crítica da sociedade, mas sim pela aproximação da profissão com os movimentos sociais.

Contudo, não foi apenas o marxismo apreendido na academia que propiciou uma visão mais crítica da sociedade e da própria profissão aos(as) assistentes sociais: de maneira dialética, isso se deu através da aproximação dos profissionais em relação à população usuária e aos movimentos sociais, seja aqueles que buscavam a democratização da sociedade (movimento contra a ditadura militar, pela anistia etc.), seja aqueles relacionados às lutas contra as opressões vivenciadas por segmentos específicos (PANEGHINI, 2018, p. 255).

Dessa forma evidencia-se que a aproximação da profissão à perspectiva marxiana, trata-se de um grande passo para a adesão de uma visão crítica, e o rompimento com o conservadorismo, contudo é por meio da relação com os movimentos sociais, que a profissão se aproxima das lutas das mulheres, podendo ser essas profissionais feministas ou não, como aborda Paneghini (2018).

De acordo com Paneghini (2016), as assistentes sociais se aproximaram das demandas do feminismo a partir das necessidades concretas das mulheres trabalhadoras, que as levavam a reivindicar melhores condições de vida em seus bairros, sindicatos, universidades e empregos. Portanto, o Serviço Social entrou em contato com a luta feminista por meio, sobretudo, dos enfrentamentos das mulheres trabalhadoras contra a carestia de vida e por melhorias em sua comunidade, nos Clubes de Mães, através

dos movimentos por creche, habitação etc (PANEGHINI, 2018, p. 255-256).

Diante disso, a autora acredita que por meio das mulheres trabalhadoras que o Serviço Social se aproxima das demandas do feminismo, visto que esses profissionais estavam inseridos nas comunidades. No entanto, essa aproximação do Serviço Social com o feminismo e pautas feministas, se torna mais evidente a partir dos estudos de gênero (PANEGHINI, 2018).

A partir da década de 1990 surgem os primeiros núcleos teóricos que estudam e pesquisam as temáticas sobre gênero e violência no Brasil, o próprio Código de Ética do Serviço Social de 1993, tem como um de seus princípios a eliminação de todas as formas de preconceito.

[...] diz respeito ao empenho na luta pela eliminação de qualquer forma de discriminação, incentivando o respeito à diversidade e a participação dos segmentos socialmente discriminados; à busca pela construção de uma nova ordem social, sem exploração de classe, gênero ou etnia; à articulação com movimentos sociais que tenham afinidade com os princípios do Código; à defesa do exercício profissional sem ser discriminado(a) por raça, gênero, “opção” sexual, opção religiosa, classe social, condição física e idade (PANEGHINI, 2018, p. 257).

Sendo assim, o Código tem como princípio que profissional da área trabalhe sem discriminar, incentivando o respeito à diversidade, sempre motivando os indivíduos socialmente discriminados a buscar uma nova ordem social, a qual tenha os mesmos princípios do Código de Ética, (PANEGHINI, 2018). Contudo somente a partir dos anos 2000 que são propostos eixos específicos que atentem a essas temáticas articuladas ao Serviço Social. Sendo estes expostos nos encontros da categoria, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS) e Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS) (LISBOA, 2010).

Diante o exposto, pelas autoras, identifica-se as primeiras aproximações do Serviço Social com os movimentos feministas, por conta da proximidade com as demandas das trabalhadoras e movimentos sociais. Notou-se essa que essa aproximação se deu de forma tardia, de maneira que se identificou na década de 1980 as primeiras aproximações do Serviço Social com as demandas das trabalhadoras e com os movimentos sociais (LISBOA, 2010). Porém essa aproximação só é efetiva a partir da década de 1990 quando surgem os primeiros núcleos teóricos que estudam e pesquisam as temáticas sobre gênero e violência no Brasil, mas somente nos anos 2000 que são propostos eixos específicos que atentem a essas temáticas articuladas ao Serviço Social.

4.4 Movimento Feminista e sua influência na produção do conhecimento na área do Serviço Social

A teoria feminista, constitui-se a partir da década de 1960 como uma teoria crítica e ativista, que estudou as relações de gênero e investigou a situação e as experiências de homens e mulheres, sob uma perspectiva centrada nas mulheres. Considerou-as, portanto, como sujeitos centrais do processo de investigação, tentando ver o mundo do ponto de vista das mulheres, “com o objetivo de produzir um mundo melhor para as mesmas e, portanto, para toda a humanidade” (LENGERMANN; NIEBRUGGE-BRANTLEY, 1993, p. 355).

O pensamento feminista, portanto, tende a ser um conjunto de diferentes correntes teóricas, com múltiplas concepções e pontos de vista; caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros. Trata-se do esforço de uma comunidade interdisciplinar, que inclui estudiosos de várias áreas como sociologia, antropologia, educação, serviço social, saúde, direito, filosofia, história, psicologia e outras (LISBOA, 2010. pág. 69).

Diante disso, a apreensão sobre o feminismo e estudos de gênero buscou romper práticas conservadoras e preconceituosas, impostas pela sociedade a quem não segue tal padrão de "normalidade".

Ao que se refere a influência do movimento feminista para a produção do conhecimento, os artigos trazem essa influência a partir dos estudos de gênero. Pessoa (2018) argumenta que “os estudos dos conceitos de gênero e patriarcado, por sua vez, também demonstram a heterogeneidade do feminismo ao apresentar diferentes significados e definições para estas categorias, incorporando distintos debates e concepções teóricas”. Como resultado disso, os estudos de gênero vêm reunindo especialistas de várias áreas, tornando o debate e a discussão do movimento ainda mais amplo e diversificado, (LISBOA, 2010). Posto isso, o feminismo e os seus principais debates se mostram plurais, sendo esses capazes de se adaptar a diversos contextos e demandas.

À vista disso, Maneschy, Siqueira e Álvares (2012, p. 730), também acredita que pensar relações gênero é se aproximar e apreende diversos pontos, para assim se possa contribuir nos mais variados debates “[...] pensar relações de gênero implica pensar as relações nas quais se incluem formas plurais com sentidos plurais, ambiguidades e contradições”. Sendo assim, nota-se a importância do estudo de gênero para a sociedade, de maneira que esse pode contribuir em vários debates. Posicionar-se entre “os feminismos” (SAFIOTTI, 1987, p. 112) requer então

compreender a histórica característica de um movimento crítico e plural que, de modo geral, rejeita a escolha entre opostos e aprecia a multiplicidade, conforme Pessoa (2018).

Já em seu trabalho, Lisboa (2010), busca propor a importância do movimento feminista e dos estudos de gênero, para isso, a autora apresenta em seus estudos que o movimento feminista se configura como um movimento sociocultural que luta por justiça e equidade entre mulheres e homens, especialmente os das mulheres, que essas sofrem um alto nível de discriminação e violência perante a sociedade.

O feminismo, nesse sentido, tem como pressuposto ético-político denunciar, um conjunto de suposições que a sociedade definiu como “natural”, tais como: a heterossexualidade, a maternidade etc. Posto isso, os estudos feministas, têm como objetivo desconstruir os papéis impostos a homens e mulheres pela sociedade, com base na tese de que a diferença sexual é o principal fundamento da subordinação feminina” (LISBOA, 2010, p. 69). Tais definições de papéis são as geradoras de práticas opressivas e discriminatórias a quem não se enquadra nesse perfil de normalidade.

Sendo assim, a incorporação das temáticas gênero, se fazem de suma importância para o Serviço Social, pois colaboraram para ações interventivas. Em seu artigo, Lisboa propõe que as mulheres que constituem a maioria das profissionais de Serviço Social e os colegas homens aproximem-se das contribuições dos estudos de gênero.

Lima sugere que a profissão se aproxime dos estudos de gênero por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa no âmbito da formação profissional do Serviço Social (LIMA, 2014). Segunda autora, essa seria a forma de direcionar os caminhos para o fortalecimento dessas discussões. Outro elemento importante que a autora considera é a necessidade de incorporar etnia/raça, diversidade sexual e questões éticas, essas discussões fazem parte do cotidiano de toda a sociedade.

Sendo assim, essa perspectiva evidencia que as autoras concordam com a necessidade de aproximação do Serviço Social com os estudos de gênero, ainda dentro do processo de formação nos cursos de graduação. A aproximação entre a área de formação e os estudos que envolvem gênero auxiliam a compreensão da temática, já que este, trata-se de um campo de pesquisa relativamente novo para a profissão, visto que somente nos anos 2000 foram incorporados eixos temáticos específicos relacionados ao Serviço Social. Essa apreensão ainda no âmbito de formação poderá propiciar reflexões teóricas que nortearão as demandas que surgem no exercício profissional.

4.5 Movimento Feminista e sua influência no agir profissional

Na intenção de responder sobre as ações interventivas do Serviço Social, buscou-se nas amostras identificar quais pautas do movimento feminista os autores consideram que o Serviço Social tenha incorporado ao seu agir profissional ou quais pautas a profissão deverias se aproximar. Das amostras analisadas, duas não responderam a essa questão, sendo as amostras das 004 e a 005.

Para a autora, Lisboa (2010) para que se possa fugir do pensamento dominante que faz parte da história do Serviço Social este deve aproximar-se dos estudos feministas. Indica que, “para realizar uma crítica a partir de seu submetimento, a uma verdade, a uma linguagem, a um discurso, a uma história colonizada”, de maneira, que se faz necessário inventar e reinventar formas de produzir conhecimento em Serviço Social. Inventar e reinventar a partir da afirmação da identidade profissional e “a partir das demandas que surgem no cotidiano de nossas práticas que configuram a transversalidade de gênero” (LISBOA, 2010. p. 74).

A cotidianidade é caracterizada e característica de cada período e contexto histórico, correspondendo ao “nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais” (NETTO, 1989, p. 65), reproduzindo, segundo Heller, diretamente o indivíduo e indiretamente a sociedade. O cotidiano é, portanto, um produto histórico, assim como constitui um campo de construção histórica. (MONTANHO; DURIGUETTO, p. 99).

A necessidade de aproximação da profissão com as demandas dos movimentos feministas e os estudos de gênero. Tal aproximação, articulada com uma perspectiva materialista, possibilitaria uma melhor compreensão das relações sociais de uma forma criativa, (KOSIK, 2002). São nessas demandas que emergem no cotidiano das práticas que os profissionais, os podem agir articulando junto aos usuários, nesse caso a partir das necessidades das mulheres. O profissional busca intervir junto ao usuário, com a intenção de gerar novas tomadas de consciência, assim, a partir desta, gerar uma apreensão sobre consciência de classe.

Para Kosik (2002) é a partir do materialismo dialético que se pode analisar de forma crítica das relações sociais, de maneira que essa possibilita uma análise a partir de uma ótica de totalidade, e busca pela apreensão das mediações que possibilitam o desvelar da essência dos fenômenos sociais, portanto, indo além das suas expressões imediatas. Em razão disso, a utilização desse método agregado aos estudos feministas marxistas, proporciona um ponto de vista teórico e também político-interventivo, que revoga a naturalização das particularidades das diversas desigualdades, (CISNE, 2018).

Paneghini (2018) aborda os princípios do Código de Ética da Profissão, o qual tem como objetivo orientar os assistentes sociais em seu trabalho profissional, consta no Código de Ética o princípio da liberdade que tem como objetivo: “I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;” (CFESS, 2011, p. 23). De forma que estes devem traçar uma busca pelo reconhecimento da liberdade dos sujeitos atendidos, promovendo ou não restringindo a sua autodeterminação enquanto sujeito ético-político.

Paneghini (2018) ter a liberdade como princípio fundamental é de grande importância para a normatização ética da profissão, além de ser indispensável para construção do Projeto Ético-político, já que esse pretende direcionar a atuação profissional no combate às práticas reiterativas, que são características das intervenções conservadoras.

Cisne (2018) propõe que, o feminismo situado na perspectiva revolucionária marxista, que é a mesma perspectiva do Projeto Ético-político do Serviço Social, estaria vinculado a uma estratégia em comum, referindo-se “a luta por liberdade substantiva, o que necessariamente demanda pensar as relações sociais e as contradições e conflitos que os conformam, bem como uma ação coletiva em torno de um projeto societário classista.” (CISNE, 2018, p. 212).

E pressuposto se faz indispensável na atuação do profissional, junto às particularidades das demandas cotidianas apresentadas pelas mulheres, assim como, das lutas que envolvem os movimentos feministas; ambas atravessadas pelas relações de raça/etnia e gênero. De maneiras que esse profissional tem como princípio ético agir na busca de uma perspectiva de liberdade, buscando intervir para novas tomadas de consciência.

4.6 O debate sobre gênero no âmbito do Serviço Social

A partir das amostras deste trabalho, foi identificado que em grande parte das produções, as autoras trazem a necessidades de aprofundamento da profissão como os estudos de gênero, ainda que esse seja um estudo que está em uma crescente no campo do Serviços Social. Porém, constata-se a necessidade de uma melhor apreensão sobre as suas diversas perspectivas. Em duas das análises, sendo essas as 001 e 004 não trouxeram aspectos que pudessem contribuir para essa análise.

Lisboa (2010) aborda a relação entre Serviço Social, Gênero e o feminismo, segundo ela essa relação é composta de encontros e desencontros, e como esses desencontros podem interferir na construção do conhecimento da profissão. O que remete a um descompasso com os estudos de gênero e os estudos feministas, de maneira que passa a contribuir para a

consolidação de um estatuto acadêmico e uma administração do saber que reproduz a questão de gênero e legitima a dominação masculina.

A autora parte do processo de consolidação da profissão para relacionar o descompasso como o feminismo, de maneira que em seu processo de consolidação no Brasil e na América Latina, esse faz parte de um cenário de “submetimento e sujeição” eurocêntrico e androcêntrico que deixou fortes influências na profissão. Já o feminismo, direciona-se em paralelo, já que busca questionar esse androcentrismo e o reducionismo, segundo Lisboa (2010) abrindo-se para teorias críticas contemporâneas e para a interdisciplinaridade.

Lisboa (2010), contextualizou sua crítica a história de submetimento do Serviço Social a autocracia burguesa, colocando a questão do conhecimento em relação a dominação, a partir do que Foucault (1995)² chama de dessujeitação.

Há três pontos que Lisboa (2010, p. 67-68) considera importante para que se possa relacionar os descompassos entre o Serviço Social e os estudos feministas:

- a) a *primeira* crítica ao Serviço Social é aos estatutos acadêmicos da profissão, e em seu processo de consolidação, no qual a profissão teve sua base na doutrina social da Igreja, o que imprimiu na profissão um “espírito de apostolado” configurando como uma profissão exercida por mulheres, o que fortaleceu a ideia, de que essa é uma profissão destinada majoritariamente a mulheres;
- b) a *segunda* é com base na institucionalização da profissão, pois se constata que, nos locais onde exercem sua profissão, as(os) assistentes sociais encontram-se imersos em relações hierárquicas onde predominam correlações de força, de dominação e de poder;
- c) A *terceira* e última crítica é dirigida ao “discurso técnico” utilizado nas escolas e cursos de formação em Serviço Social. Em uma categoria como “questão social” entendida como “contradição entre capital e trabalho”, definida pela ABEPSS como ‘o objeto’ do Serviço Social, ou seja, como “discurso técnico” [...] as teorias feministas e os estudos de gênero constituam-se em um aporte teórico-metodológico significativo para o Serviço Social, uma vez que surgem para questionar todas as formas de dominação, expor novas áreas de conflitos sociais (extrapolando os conflitos de classe).

Os descompassos, em suma, advém da ligação com a Igreja, que configurou a profissão voltada ao exercício realizado por mulheres e do cuidado associado à imagem da mulher, fator esse que reforça o machismo e o patriarcado; dos espaços sócio-ocupacionais de inserção dos

² Chama de uma dessujeitação, exercendo a crítica como um processo de leitura que se abre para o debate em função da pluralidade; crítica “como uma arte da indocilidade reflexiva”, no jogo do que o autor entende por “política da verdade”, Foucault (1995, p. 5).

assistentes sociais que exercem sobre o profissional as correlações de força, dominação e poder; e, a apreensão técnico do objeto de trabalho, questão social, a partir de uma visão classista, que exclui dessa apreensão a contribuição dos estudos feministas e de gênero.

Como forma de buscar romper com tais descompassos entre o feminismo e a profissão, aborda a importância de que, tanto mulheres como homens, profissionais de Serviço Social, se envolvam no movimento feminista e no debate sobre gênero. “[...], que requerem formas próprias de análises das relações, da construção social da diferença sexual, da sexualidade, da reprodução, da discriminação no trabalho e, sobretudo da cultura, aqui pensada como “práticas que produzem sentido” (LISBOA, 2010, p. 68).

Diante disso, é evidente a importância destes estudos para o Serviço Social. Já que estes buscam questionar todas as formas de dominação. Para além dos conflitos de classe. Os estudos sobre gênero e a teoria feminista influenciam no cotidiano profissional a reflexão sobre como os assistentes sociais podem usar novas técnicas de abordagem, para que saibam como fazer, pensar e o que desejam os sujeitos de nossas práticas. Perspectiva que se configura no processo de desalienação da prática profissional ao incorporar esses estudos.

Para Lisboa, (2010, p. 73-74) é importante conhecer quais técnicas de resistência podem ser utilizadas para desamarrar-se da dominação masculina. O feminismo tem se imposto como “estratégia de resistência”, de forma que esse vem transformando as mulheres, transformando falas, garantindo o direito de questionar e de desconstruir papéis impostos pela sociedade.

Nessa perspectiva, a autora Ana Maria de Esclera usa uma nova categoria, o “Feminismo Estratégico³”, como uma maneira da profissão se aproximar dos estudos de gênero, para que esse possa desconstruir a visão de “sujeitamento ligada ao Serviço Social” (LISBOA, 2010, p. 74). Dessa forma, o profissional poderá se desvincular de práticas conservadoras a que a profissão é ligada, devido ao seu processo de consolidação, práticas essas que a profissão busca romper desde o movimento de reconceituação.

[...] implica em um “labor” filosófico uma vez que “ser” e “saber” não podem separar-se. A partir da concepção de “Feminismo Estratégico” da autora, entende-se como necessário que as(os) assistentes sociais se reconheçam como sujeitos históricos, com capacidade para utilizar ferramentas que deslegitem uma visão estabelecida de realidade social, desconstruindo o sujeitamento da profissão ao longo da história e constatando que o Serviço Social no Brasil tem passado por sucessivas crises de identidade, justamente porque o discurso imposto pela academia não condiz com as práticas do cotidiano que envolvem incessantemente dimensões da vida que vão além da classe (LISBOA, 2010, p. 74).

³ Essa nova categoria foi elaborada por ela em conjunto com um grupo de integrante do Seminário *Alteridad y Exclusión*, em 2009, no México, segundo ela o feminismo Estratégico implica-se em

Com base nessa análise, conclui-se que o Feminismo Estratégico vem se mostrando uma categoria de extrema importância para que os profissionais da área continuem se reinventando, se reeducando e se desprendendo das velhas convicções da profissão. Segundo Corine D'Souza (1986, *apud* OLIVEIRA, 1992, p. 135), “o feminismo dentro do campo das ciências sociais, é uma ferramenta de deslocamento de paradigma, e para os movimentos sociais uma ruptura. O movimento feminista dá ao mundo novos significados, novas perspectivas e novas esperanças”.

A incorporação destes estudos, portanto, para a categoria profissional, poderia contribuir para a construção, elaboração e compressão das diversas formas de discriminação, além de propiciar possíveis novas formas de intervir da categoria profissional, de maneira que essas formas de discriminações consistem nas mais variadas expressões da questão social.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social (IAMAMOTO, 1997, p. 14).

Dessa maneira, cabe ao assistente social, intervir com os mais variados aspectos das desigualdades sociais, as quais as mulheres estão expostas, de modo, que esse buscar intervir para uma tomada de consciência dessas mulheres.

Em concordância com o estudo da autora Lisboa (2010) sobre a necessidade de uma maior apreensão da profissão aos estudos de gênero, as autoras Duriguetto e Alagoano (2018) buscaram analisar artigos de cursos de pós-graduação, sobre feminismo, tais produções foram analisadas a partir de uma perspectiva marxista.

A escolha de analisar tais produções a partir da tradição marxista se deu, devido às divergentes correntes teóricas que sustentam o feminismo. Para as autoras o “marxismo contribui para a emancipação das mulheres, perspectiva que não é constatada no feminismo liberal e pós-moderno (e outras correntes)” (DURIGUETTO; ALAGOANO, 2018. p. 232). Sendo assim, o marxismo coopera para uma compreensão das desigualdades sociais, e na busca pela emancipação das mulheres. De modo que ao compreender o centro dessas desigualdades sociais pode se perceber as questões que tocam a realidade das mulheres.

Após análise, as autoras puderam constatar que tais produções possuem inconsistências, que puderam ser observadas a partir dos debates sobre gênero, patriarcado e divisão sexual do

trabalho. Segundo as autoras tais termos vêm sendo utilizados em boa parte das análises sem apresentar seus diversos sentidos e perspectiva política, o que resulta segundo Duriguetto e Alagoano (2018, p. 248) na necessidade de um maior investimento na produção de conhecimento sobre o feminismo e o movimento feminista.

Duriguetto e Alagoano (2018) ressalta em sua análise que está no começo a produção de conhecimento que discute os movimentos feministas e as lutas das mulheres como um movimento combinado, as autoras destacam, por fim, a relevância de ampliar esse debate no Serviço Social. Como forma de estratégia para essa ampliação Duriguetto e Alagoano (2018) trazem criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2010, que teve como objetivo fortalecer e dar visibilidade a estes temas.

O estudo da autora Lole (2016) busca mapear as possíveis incidências da análise de gênero no Serviço Social, destacando o processo “formativo nas universidades e localizando os elementos teóricos profissionais que colidem e/ou possibilitam a abertura ao debate de gênero” Lole (2016) observar uma crescente aproximação do debate de gênero com o Serviço Social.

Após a sua análise, Lole (2016) pode observar uma crescente aproximação do debate de gênero com o Serviço Social, essa crescente foi observada também no estudo das autoras Duriguetto e Alagoano (2018). No entanto, a autora Lole (2010) observou em seu estudo, sinais no interior da profissão de uma “subalternidade” dos estudos de gênero, especialmente no plano dos currículos de Serviço Social. Segundo ela deve a sua origem, assim como destaca Lisboa (2010, p. 572) devido a profissão ser majoritariamente feminina e estar ligada ao “cuidado”, segundo a autora o debate deve ser considerado necessário na formação do Serviço Social.

Diante ao exposto, pode se constatar, a importância dos estudos de gênero para a categoria profissional e para a sociedade, de maneira que esse possa contribuir para diversos debates. No entanto, mesmo que essa temática seja crescente e atual, ainda está em desencontro em relação a apreensão dos conceitos emergentes da realidade atual, como gênero, raça/etnia, sexualidade e a diversidade. Os desencontros dos conceitos se fazem presentes nas produções acadêmicas do curso de Serviço Social, como descrito nas amostras anteriores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o exposto, esse trabalho teve como objeto de estudo, o movimento de reconceituação do Serviço Social, a produção do conhecimento da área do Serviço Social, o feminismo e, também, os estudos de gênero. De modo que para entender essa ligação buscou-se a aproximação com cada elemento para a análise.

Dessa forma, o processo de reconceituação do Serviço Social que ocorreu no Brasil e na América Latina, consistiu em um símbolo na história da profissão, pois propôs a ruptura com as práticas tradicionais. Essa ruptura buscou apresentar outra visão acerca da prática profissional, sendo essa voltada para uma análise crítica da realidade. O movimento de reconceituação, tornou-se um marco para a renovação do conhecimento para o Serviço Social.

Logo, essa renovação teórico-metodológica do Serviço Social que ocorreu na década de 70, fez com que a profissão buscasse incorporar um pensamento crítico ao seu agir, tal aproximação se dá por meio dos estudos marxianos, que passaram a contribuir para o desenvolvimento teórico e metodológico. No entanto ressalta-se que, não foi apenas devido a aproximação com o marxismo acadêmico, que o Serviço Social passou a ter uma visão crítica da sociedade e de sua profissão. Essa aproximação se deu por meio da relação entre a população usuária e os movimentos sociais, podendo ser esses movimentos, ligados à procura por democratização da sociedade ou os que eram contra a ditadura militar ou pela anistia, ou seja, aqueles relacionados às lutas contra as opressões vivenciadas por grupos específicos como movimento das mulheres e movimentos dos trabalhadores.

Assim como, o movimento de reconceituação, o feminismo emergiu no Brasil em meio a ditadura militar, esse período foi marcado por restrições de direitos. O que resultou em dificuldade para o desenvolvimento do movimento feminista, diante das suas tomadas de decisões. De modo que, ao mesmo tempo em que se necessitava de um pensamento feminista, se tinha uma sociedade que passava por um período de censura. Nesse contexto, as mulheres buscavam por direito à educação, melhores condições de trabalho e reconhecimento em estudos científicos. Também são processos históricos do feminismo, apresentados aqui como “ondas”: As Letras Iniciais; Ampliação da Educação e Sonhando com o Voto; Rumo a Cidadania; Revolução Sexual e Literatura. Em todos esses momentos as mulheres buscavam por direitos e pela garantidos desses também.

Diante do contexto apresentado a análise visou responder o problema de pesquisa, que questionou a maneira como o Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação, articulou o seu conhecimento crítico as possíveis influências do movimento feminista no Brasil.

Constatou-se que, a vinculação do Serviço Social com o feminismo se deu a partir do movimento de reconceituação no qual a profissão aderiu a um pensamento crítico por meio da apreensão da teoria marxiana, esse amadurecimento auxiliou nas primeiras aproximações da profissão com os movimentos sociais e com a classe trabalhadora.

A proximidade do Serviço Social com o feminismo, contudo, só se tornou efetiva por meio dos estudos de gênero e violência no Brasil, que surgiram a partir dos anos de 1990. O próprio Código de Ética do Serviço Social de 1993, teve como um de seus princípios a eliminação de todas as formas de preconceitos, discriminação, incentivando ao respeito à diversidade; no intuito de motivar os indivíduos socialmente discriminados, bem como, os assistentes sociais a buscar uma nova ordem social. Contudo, somente a partir dos anos 2000 que são propostos eixos específicos que atenderiam a essas temáticas de gênero articuladas ao Serviço Social.

A partir da pesquisa, também foi possível apreender que, o movimento feminista influenciou o aumento no estudo sobre gênero no país, assim como, no Serviço Social. O que, posteriormente, influenciou a visão crítica da realidade dentro do Serviço Social, embora esta relação tenha sido tardia, a aproximação entre o feminismo e movimento de reconceituação gerou novas discussões e reflexões sobre o tema.

É importante ressaltar que mesmo após algumas décadas, o estudo de gênero tem sido crescente, por isso é essencial que não somente novas pesquisas sejam realizadas como haja o incentivo do estudo dentro da academia. Apesar desta ser uma temática crescente, os diversos conceitos que englobam o debate sobre gênero ainda não são discutidos e analisados de forma ampla, como patriarcado e divisão sexual do trabalho. O foco deste estudo não era analisar esses conceitos, mas foi possível identificar a ausência deles nas amostras levantadas. Este é um dado importante para a conclusão desta pesquisa, pois a partir disso, podemos afirmar que os estudos de gênero e os conceitos que os norteiam têm sido discutidos dentro da academia como se essas fossem temáticas distintas, assim não se pode compreender a amplitude e a desigualdade que abrange a temática.

A análise confirma que, uma das estratégias para a incorporação teórico-prática dos estudos sobre gênero e feminismo devem partir da inclusão de componentes obrigatórios que debatam esses temas. Além disso, a discussão transversal nos demais componentes e a criação de grupos temáticos.

Novos caminhos, para novas pesquisas, partiriam de um aprofundamento das pesquisas realizadas dentro do Serviço Social sobre a temática, além disso, os grupos, disciplinas e pesquisas dentro da academia, auxiliam na geração de novas perspectivas profissionais, para

que a aproximação entre o tema e a profissão seja cada vez mais eficaz e maior, de modo que essas discussões façam parte do cotidiano dos profissionais em formação. Por isso, ressalto aqui a fala da pesquisadora Corine D'Souza (1986, apud Oliveira, 1992, p. 135), “o feminismo dentro do campo das ciências sociais, é uma ferramenta de deslocamento de paradigma, e para os movimentos sociais uma ruptura. O movimento feminista dá ao mundo novos significados, novas perspectivas e novas esperanças”. Que tenhamos, enquanto perspectiva profissional, cada vez mais olhares críticos para a realidade e, principalmente, novas esperanças.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

CFESS. **Código de ética profissional do assistente social**. In. BONETTI, E. A. et al. (orgs). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS. **Serviço Social: Direito sociais e competência profissional**. Conselho federal de Serviço Social, 2009. Disponível em: <
<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CFESS. Resolução CFESS n. 273/93. **Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências**. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/cep_1993.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

CHAGAS, Eduardo. **O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto**. Disponível em:<
https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

CISNE, Mirla. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**/ Mirla Cisne, Silvana, Mara Morais dos Santos- (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 8).

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classe e consciência militante no Brasil**. Tese doutoranda em Serviço Social- Faculdade de Serviço Social, Centro de Ciência Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Serv. Soc. Soc. no.132 São Paulo May/Aug. 2018. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200211&lang=pt>. Acesso em: 25 Abr. 2021.

CURY, Carlos R, Jamil. **Educação e Contradição**.7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. in: **Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto**/Angela Arruda...[et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.400p.

DURIGUETTO; Maria Lúcia. Alagoano; Verônica Medeiros. O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social. Serv. Soc. Soc. no.132 São Paulo May/Aug. 2018. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200231&lang=ptt>. Acesso em: 22 Abr. 2021.

- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011. 120p.: il-(Saber de tudo).
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda V. **PARTE I - Proposta de interpretação histórico-metodológica**. In:IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 9.ed. São Paulo: Cortez;
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.al.]; organização Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.400p.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.
- INÁCIO, M. O. **A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições e dilemas das relações entre marxismo e feminismo**. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco CCSA — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Recife, 2013.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAKATOS, E; MARCONI, M. **Fundamentos da Metodologia Científica**- 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Rev. katálysis vol.13 no.1 Florianópolis Jan./June 2010. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000100008 & lang=pt>. Acesso em: 20 Abr. 2021.
- LIMA, Rita de Lourdes. **Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações**. Serv. Soc. Soc. no.117 São Paulo Jan./Mar. 2014. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000100004 & lang=pt>. Acesso em: 25 Abr. 2021.

LOLE, Ana. **Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário**. Serv. Soc. Soc. no.127 São Paulo Sept./Dec. 2016. Disponível em:<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S0101-66282016000300555 & lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000300555&lang=pt)>. Acesso em: 30 Abr. 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. Tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant.

MINAYO. C. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, 1999.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NETTO, José Paulo, 1947-. **Capitalismo monopolista e serviço social** / José Paulo Netto --. 7. ed. - São Paulo, Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós - 64**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós - 64**. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2011.

PANEGHINI, Luciana Ribeiro. **Lutas feministas nos documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): uma breve análise**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo. , n. 132, p. 252-267, maio/ago. 2018. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0252.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PANEGHINI, Luciana Ribeiro. **O Serviço Social e sua relação com o gênero feminino: anotações feministas socialistas sobre os primórdios da profissão até o início dos anos 80**. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS(ES) EM SERVIÇO SOCIAL. Formação e trabalho profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da Abepss. Anais, 4 a 9 de dezembro de 2016, Ribeirão Preto (SP). CD-ROM.

PESSOA, Mayara Lustosa Silva. **Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo.** Rev. katálysis vol.21 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2018. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000300544&lang=pt>. Acesso em: 17 Abr. 2021.

PRATES, Jane Cruz. **A produção de uma nova cultura a partir da pesquisa e da arte: contribuições do referencial marxiano.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/19706-Texto%20do%20artigo-78699-1-10-20150107.pdf>. Acesso: 05 nov. 2020.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxista de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária.** Revista Textos e Contextos. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.116-128, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa.** São José do Rio Preto: Bluecom Comunicação, 2010. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels).

TOSCANO, M; GOLDENBERG, M. **Revolução das Mulheres: um balanço do feminismo no Brasil.** Editora Revan. Santos. 1992.

VIANA, Borges; CARVALHO, Kássia; FONSECA, Claudenora. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade.** Seminário Nacional de Serviço Social Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis- SC, 2015. Disponível em:<https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_139.pdf>. Acesso em: 27 nov.2020.

ZACARIAS, Inez, Rocha. **O lugar do marxismo na formação profissional em Serviço Social.** [recurso eletrônico]/ Inez Rocha Zacaria.- Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. CDD 23. ed. 361.

APÊNDICE A - Ficha Bibliográfica de Apontamento

Problema de pesquisa:

Objetivo Geral:	Categorias Teóricas:
------------------------	-----------------------------

Revista (Art):	Descritor:	Ano:	Link:	Código o
-----------------------	-------------------	-------------	--------------	---------------------------

Objetivo específico 1:	Obs:
1.1 Quais são as produções bibliográficas do Serviço Social que discutem a relação do Movimento Feminista no Brasil com o Serviço Social?	
1.2) Características: Quais são as principais categorias apresentadas nas palavras-chaves dos artigos? Quais foram as principais revistas utilizadas para a realização da Amostra? Qual o ano da publicação? Qual o tipo de pesquisa (resumo)? Qual a percepção de método?	
1.3 Qual o objetivo de cada artigo da amostra (entender a intencionalidade dos artigos)?	
Objetivo específico 2: Identificar a influência (debate/pautas) do movimento feminista brasileiro no Serviço Social, a partir do movimento de reconceituação, por meio da produção bibliográfica - artigos científicos.	
2.1 Em qual momento sócio-histórico que o Serviço Social e o Movimento de Feminista vinculam? E como ocorreu?	
2.2 Quais foram as reivindicações (pautas) do Movimento Feminista em suas fases apontadas nos artigos?	
2.3 Quais foram as estratégias e ações realizadas pelo movimento feminista no Brasil?	
2.4 Como ocorreu essa vinculação, movimento feminista e Serviço Social, para a categoria profissional?	
Objetivo específico 3: Apreender como as estratégias do movimento feminista brasileiro foram incorporadas pelo Serviço Social.	

2.3) De que forma o Serviço Social nos artigos e demonstrado a ação interventiva do Serviço Social nas questões?	
2.4) Quais são as estratégias apresentadas nos artigos sobre os processos de intervenção relacionadas ao movimento feminista?	
2.5) Como esse Movimento influencia na produção do conhecimento?	
3) Como o profissional do Serviço Social tratou/trata as questões de gênero no âmbito profissional?	